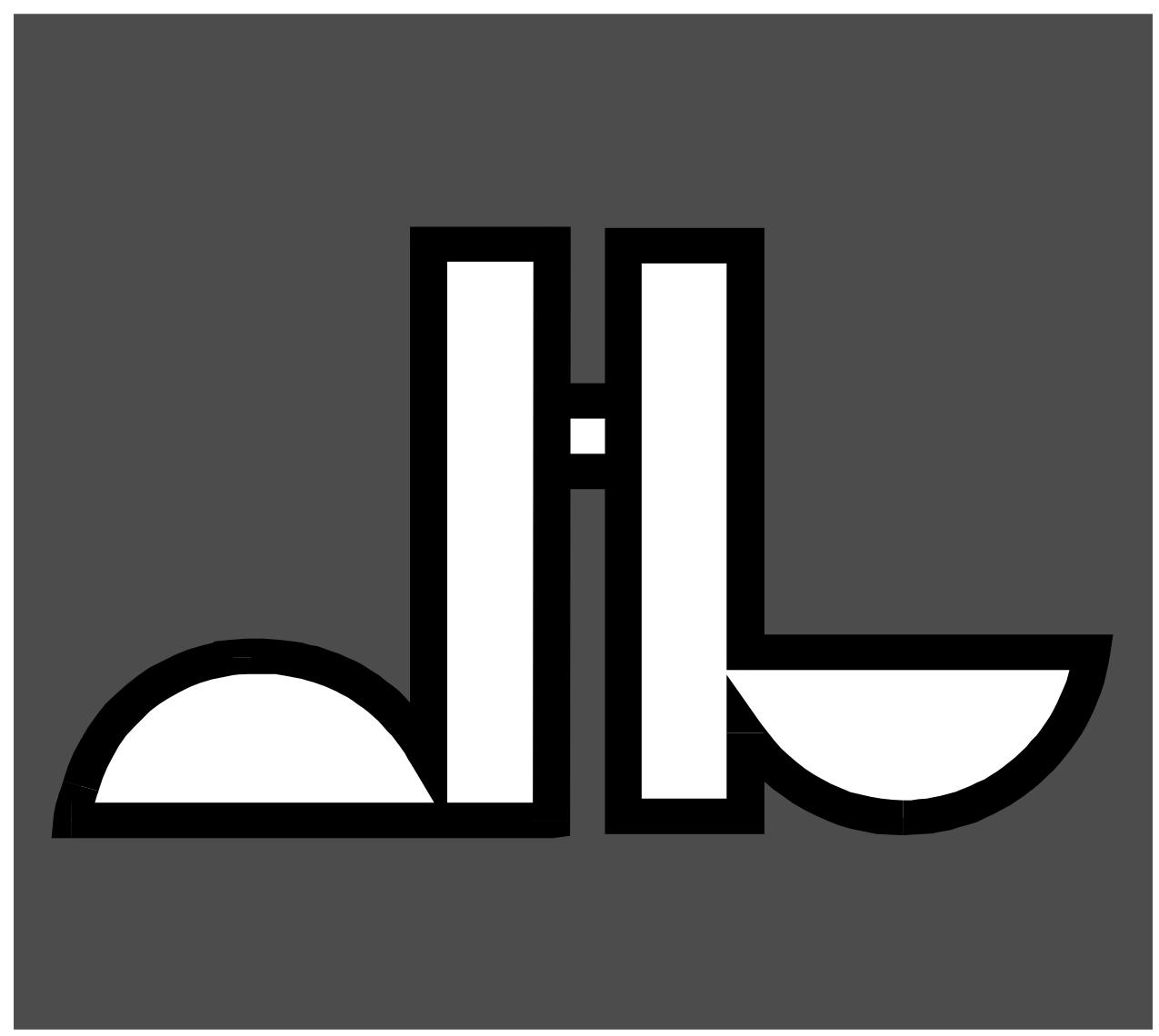




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LIX – Nº 004 – QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY - PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA – PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA – PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 9 DE MARÇO DE 2004	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.....	00212
1.2.1 – Fala do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney	00212
1.2.2 – Entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às Senhoras Maria Gleyde Martins Costa, Mônica Maria de Paula Barroso, Zuleika Alambert, Maria Aparecida Schuma Schumaher e Eva Sopher.....	00214
1.2.3 – Oradores	
Deputada Laura Carneiro	00219
Senadora Serys Slhessarenko	00220
Deputada Iara Bernardi.....	00222
Senadora Lúcia Vânia.....	00223
Deputada Ann Pontes.....	00225
Senador Antonio Carlos Valadares.....	00226
Deputada Jandira Feghali.....	00229
Senadora Ana Júlia Carepa	00231
Deputada Telma de Souza	00232
Senador Sérgio Zambiasi	00233
Deputada Perpétua Almeida.....	00234
Deputado Maurício Rabelo	00235
Deputada Janete Capiberibe	00236
Senador Maguito Vilela.....	00237
Senador Ney Suassuna	00237
Deputado Eduardo Valverde.....	00241
Senadora Patrícia Saboya Gomes	00242
Senadora Ideli Salvatti	00243

Deputada Suely Campos	00244
Deputada Vanessa Grazziotin	00245
Deputada Fátima Bezerra	00246
Deputada Selma Schons	00247
Deputada Maria Helena	00247
Deputada Mariângela Duarte	00249
Deputada Terezinha Fernandes	00250
Deputada Luciana Genro	00251
Deputado Serafim Venzon.....	00252
Senador Leonel Pavan	00253
Senador Papaléo Paes (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	00254
Senador Valmir Amaral (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	00255
1.2.4 – Ofício	
S/nº, de 9 do corrente, da Deputada Alice Portugal, comunicando a impossibilidade de seu comparecimento à presente sessão.....	00256
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÃO	
Referente à numeração do Diário do Congresso Nacional de 17 de fevereiro de 2004.....	00257
3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 2^a Sessão Conjunta (Solene), em 9 de março de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney e das Sras Serys Slhessarenko, Iara Bernardi, Selma Schons, Mariângela Duarte, Luciana Genro e Terezinha Fernandes

(Inicia-se a sessão às 10 horas, no Plenário do Senado Federal)

Compõem a Mesa: à direita do Presidente José Sarney: Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados e o Senador Sérgio Zambiasi; à sua esquerda: a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.

Peço que as faixas sejam recolhidas para que a visão das pessoas não seja prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Convido a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e a Ministra Nilcêia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a comporem a Mesa.

Também integra a Mesa o Exmo. Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados.

Convido todos os presentes a, de pé, ouvir o Hino Nacional, que será cantado pelo coral do Senado Federal.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O coral do Senado Federal ainda apresentará 2 números. *(Pausa.)*

(É recitada a poesia “Ofertas de Aninha – aos moços”, de Cora Coralina.)

(É executada a música “Maria, Maria”, de Milton Nascimento e Fernando Brant.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esta sessão solene, reitero, destina-se a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.

Sra. Eva Sopher, Presidenta da Fundação Theatro São Pedro, do Rio Grande do Sul; Sra. Maria Gleyde Martins Costa, membro do Conselho Estadual de Defesa da Mulher de Roraima; Sra. Mônica Maria de Paula Barroso, Defensora Pública em Fortaleza, Ceará; Sra. Maria Aparecida Schumaher, do Movi-

mento de Defesa dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro; Sra. Zuleika Alambert, feminista, escritora e conferencista, de Santos, São Paulo, aproveito a homenagem que o Senado presta à mulher para repetir minha saudação sobretudo à mulher política, aquela que participa, em sua dupla jornada, da tarefa de criar famílias e construir o Estado.

A política é o universo da incerteza, onde todas as questões estão perpassadas do contingente, onde o único guia é a intuição. Por isso mesmo, as mulheres foram as primeiras a ter noção da instabilidade das instituições sociais e da necessidade de mantê-las. Direta ou indiretamente, sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva.

A Resolução nº 2 de 2001, do Senado Federal, que criou este prêmio, teve a intenção de agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e de questões de gênero.

Demos ao prêmio o nome da Deputada Bertha Lutz, pioneira que criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e, assim, a principal responsável pela conquista do direito da mulher ao voto, em 1932.

O Parlamento nos dá, entre as premiadas de hoje, outra mulher de destaque na história da defesa dos direitos das cidadãs: Zuleika Alambert, Deputada, em 1947, pelo Partido Comunista, que viveu longamente a experiência amarga do exílio.

A seu lado temos Eva Sopher, que fez, de 1975 a 1984, a grande reforma do Theatro São Pedro, em Porto Alegre, como Presidente da Fundação Theatro São Pedro, cargo que ocupa até hoje.

A cearense Maria Gleyde Martins Costa foi para Roraima, onde se destacou na Delegacia de Defesa da Mulher e na Presidência do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

Mônica Maria de Paula Barroso foi eleita Vice-Presidenta do Colégio Brasileiro de Mulheres

Advogadas em Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, esteve presente na formação da OAB Mulher de São Paulo e foi uma das fundadoras do Fórum Permanente de Combate à Prostituição Infantil.

Finalmente, Maria Aparecida Schumaher, criadora do SOS Mulher, em São Paulo, foi Secretária-Executiva e Diretora de Articulação Política do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Logo no início do meu Governo, criei uma comissão que, sob o comando de Ruth Escobar, formulou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que instalei em setembro de 1985. Atendia, assim, à reivindicação de criar, junto ao Governo Federal, organismo voltado especialmente para a problemática da mulher, não como um gesto paternalista, formal, conciliador ou de expressão de uma dádiva, mas atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, nos deixariam à margem do concerto das nações civilizadas. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tinha, como tem, o objetivo essencial de captar os anseios das mulheres brasileiras.

O prêmio Bertha Lutz é o reconhecimento à trajetória de luta em defesa dos direitos da mulher, que tem crescido rapidamente. A sua combatividade multiplica a presença da mulher, tornando os debates mais humanos e francos.

Ressalto, neste momento, o trabalho e a dedicação da Senadora Serys Slhessarenko na defesa desta causa. E para S.Exa, em homenagem a todas as Senadoras desta Casa, passo a presidência desta sessão.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Senhoras e senhores, saúdo todas as mulheres presentes. É o meu primeiro mandato no Senado da República, estou apenas há um ano e poucos meses nesta Casa e nunca vi, Presidente José Sarney, o Plenário tão bonito, determinado e, realmente, colorido. As mulheres que lutam por esta causa estão aqui fazendo a diferença. (*Palmas.*)

Cumprimento o Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, José Sarney, o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, os quais muito nos honram com suas presenças, a Ministra e Senadora Marina Silva, a Ministra Nilcéia Freire, o Senador Sérgio Zambiasi, que compõem a Mesa, e também as Sras. Senadoras e as Sras. Deputadas, em especial as Deputadas Jandira Feghali, Laura Carneiro e Iara Bernardi.

Convidado a Deputada Iara Bernardi para compor a Mesa.

Antes de iniciarmos os discursos, agradeço a contribuição ao Deputado Maurício Rabelo, representante do Estado do Tocantins, autor do projeto que institui 2004 como Ano Nacional da Mulher. (*Palmas.*) Esse projeto muito nos honra pelo fato de que há ainda homens que se preocupam com assuntos nesse âmbito.

O Presidente desta Casa, Senador José Sarney, já criou Comissão Especial Temporária do Senado da República para tratar do Ano Nacional da Mulher. O Deputado João Paulo Cunha está constituindo Comissão também na Câmara dos Deputados.

Convidado o Deputado Maurício Rabelo para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Maria Gleyde, membro do Conselho Estadual de Defesa da Mulher de Roraima. (*Palmas.*)

Convidado a Senadora Fátima Cleide para entregar as flores à agraciada Sra. Maria Gleyde. (*Palmas.*)

Convidado a Senadora Patrícia Saboya Gomes para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Mônica Maria de Paula Barroso, Defensora Pública em Fortaleza.

Convidado a Senadora Ana Júlia Carepa para que faça a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Mônica Barroso. (*Palmas.*)

Convidado o Senador Papaléo Paes para entregar as flores à nossa homenageada Mônica Barroso. (*Palmas.*)

Convidado a Deputada Jandira Feghali para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Zuleika Alambert, feminista, escritora e conferencista, de Santos, São Paulo. (*Palmas.*)

Convidado o Senador Geraldo Mesquita Júnior para fazer a entrega das flores à Sra. Zuleika Alambert. (*Palmas.*)

Convidado a Deputada Iara Bernardi para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Schuma Schumaher. (*Palmas.*)

Convidado a Senadora Patrícia Saboya Gomes para entregar as flores à Sra. Schuma Schumaher. (*Palmas.*) Convidado o Senador Sérgio Zambiasi para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Sra. Eva Sopher, Presidenta da Fundação Theatro São Pedro, Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Convidado a Senadora Roseana Sarney para entregar as flores à agraciada Sra. Eva Sopher. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Entregues os diplomas às agraciadas.

São os seguintes os diplomas



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a **MARIA GLEYDE MARTINS COSTA** o Diploma “Mulher-Cidadã
Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos
da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2004

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "José Sarney".
Senador José Sarney
PRESIDENTE

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Ana Sena Schessák".
Senadora Ana Sena Schessák
PRESIDENTE DO CONSELHO



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a MÔNICA MARIA DE PAULA BARROSO o Diploma “Mulher-Cidadã
Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da
mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2004

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "José Sarney".

Senador José Sarney
PRESIDENTE

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Serra".

Senadora Serra
PRESIDENTE DO CONSELHO

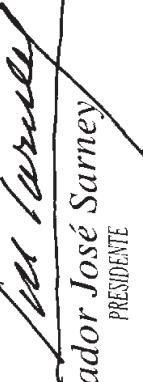




SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a ZULEIKA ALAMBERT o Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em
reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2004


Senador José Sarney
PRESIDENTE


Senadora Sônia Guajá
PRESIDENTE DO CONSELHO



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a MARIA APARECIDA SCHUMAHER o Diploma “Mulher-
Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento à relevante contribuição à defesa dos direitos
da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2004

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "José Sarney".
Senador José Sarney
PRESIDENTE

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "Sônia Henzenko".
Senadora Sônia Henzenko
PRESIDENTE DO CONSELHO



SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 2, de 2001, confere
a EVA SOPHER o Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, em reconhecimento
à relevante contribuição à defesa dos direitos da mulher.

Senado Federal, 8 de março de 2004

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "José Sarney".
Senador José Sarney
PRESIDENTE

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "Serra Messárcio".
Senadora Serra Messárcio
PRESIDENTE DO CONSELHO

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concederei a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro.

Solicito aos expositores que procurem não ultrapassar o prazo de 3 minutos, pois a lista de inscritos é enorme.

Peço licença à Deputada Laura Carneiro, que já está na tribuna, para fazer um convite a todos os presentes para a homenagem que prestaremos hoje, às 17h, na Biblioteca do Senado. Serão homenageadas duas jovens, uma de 95 anos e outra de 89 anos, as mais antigas funcionárias do nosso Senado Federal; a Sra. Eunice Michiles, a nossa primeira Senadora; a Sra. Roseana Sarney, a nossa primeira Governadora, e também a Sra. Marly Sarney. Ademais, será lançando o site do Ano da Mulher e haverá apresentação do conjunto feminino Toque de Salto.

Será um prazer recebê-los nessa homenagem a essas mulheres que prestaram grandes serviços à política ou ao serviço público de nosso País.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sr. Presidente José Sarney, Sr. Presidente João Paulo Cunha, Sras. Ministras Marina Silva e Nilcéia Freire, caro Senador, nossa querida Deputada que representa a bancada feminina, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, mulheres que hoje vêm a esta Casa comemorar não apenas o nosso dia, mas também o nosso ano.

Parabenizo inicialmente todas as homenageadas. O Senado, como sempre, sai na frente, mas não se preocupem, porque, a partir de quinta-feira, na Câmara, também teremos o nosso prêmio, o Prêmio Carlota Pereira, e certamente prestaremos homenagens da estatura das que estamos realizando hoje nesta Casa.

Revigora-se neste momento a cruzada pelo espaço que, no Brasil, a mulher tem ainda a ocupar, e em nenhum outro campo de discussão poderia ser-lhe transmitido tanto ânimo e significado quanto neste Parlamento, o foro, por essência, dos grandes embates das idéias, no qual, portanto, a par de vencidos ou vencedores, as grandes vitórias creditam-se à democracia.

As democracias modernas, onde quer que estejam constituídas, não se realizam sem a participação da mulher, ao desempenhar os variados papéis que lhe cabem, como elemento atuante da sociedade, seja na condição de propulsora das mudanças que

essa sociedade demanda para desenvolver-se, seja no que lhe é tão próprio, de guardiã de suas tradições.

São missões, ambas, sumamente complexas. Sem excluir-se uma a outra, excluem, sim, a concepção fantasiosa da mulher frágil. Exigem dessa mulher uma polivalência extrema, um desdobrar constante de rigor e sensibilidade, de realismo e ideal, de objetividade e sutileza, de coragem e moderação. A mulher que emerge das lutas milenares por reconhecimento, inserção e identidade – palavras que a mim dizem muito mais do que “igualdade” -, essa mulher passou a se impor pelo que representa, em face das mais elevadas aspirações, no decorrer da grande saga humana, assim como pelos dons da paciência, da compreensão, da emoção, da intuição e do afeto. De tais virtudes, aliás, senhoras e senhores, atavicamente exercitadas, que conseguiu manter inabaláveis, ela não quer abdicar, mas acrescer-lhes agora as aptidões conquistadas nos campos intelectual, científico, político, econômico e social.

Assim harmonizados sentimento e racionalidade, a mulher está lançada a posição singular na história da espécie. Deseja compartilhar a realidade, assumindo deveres tanto quanto auferindo direitos, em idênticas proporções: as mesmas obrigações e as mesmas responsabilidades, mas também os mesmos prêmios pela educação dos filhos, pela manutenção da família, pelos destinos do País, pela participação no mundo.

Sem isso, Sra. Presidenta, não mudaremos o Brasil. As injustiças sociais, que negam oportunidades universais de emprego, de educação, de saúde, de previdência e assistência social, de moradia a tantos de seus filhos, não logrrão ser sequer minoradas, muito menos eliminadas, enquanto inexistir uma ambiência propiciadora da verdadeira liberação da mulher, começando dentro de nossos lares e se estendendo aos locais de trabalho, para afinal se projetar na participação comunitária, na atividade política e empresarial, na ocupação de postos-chave da vida nacional, até atingir o exercício pleno da cidadania. O esforço coletivo para transformar o País não dispensa a mulher. E a mulher está pronta a isso.

Feliz, portanto, a iniciativa do Deputado Maurício Rabelo, que, em boa hora, assumindo louvavelmente uma atitude afirmativa concreta, se integra à luta, ao estabelecer no Brasil o ano de 2004 como o Ano da Mulher, nos termos da Lei nº 10.745/03.

Teremos, no âmbito das 2 Casas, a oportunidade de debater e combater os problemas que ainda hoje afigem, sufocam e devastam a mulher brasileira,

trazendo para o campo das discussões os Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como entidades da sociedade civil, ONGs, movimentos religiosos e todos quantos queiram participar, de maneira a juntos criarmos uma nova agenda de soluções.

São vários os projetos apresentados pela bancada feminina. Muitos deles serão discutidos nesta semana na Câmara dos Deputados; outros, no Senado Federal. Todos eles com o mesmo objetivo afirmativo em relação a temas emergenciais, gravíssimos, em foco na nossa sociedade.

Sra. Presidenta, não vou continuar a ler o meu discurso, porque V.Exa. sabe que não gosto disso. Gostaria, mais do que tudo, de saudar o dia de hoje, a nossa luta, o ano que se inicia, a luta de todas nós mulheres, não por sermos diferentes, apenas porque somos iguais. A nossa luta, de cada uma de nós, transforma, à sua maneira, consciências e modifica homens e mulheres que não entendem que somos iguais e que, portanto, precisamos ter os mesmos direitos.

Agradeço à bancada feminina no Congresso Nacional a bela exposição, cuja abertura será às 14h e à qual todas devem assistir, que mostra um pouco da história brasileira, da transformação dos direitos da mulher no Brasil no que diz respeito à legislação. Agradeço como filha, já que neste momento se homenageia Nelson Carneiro. Poucas vezes subi a esta tribuna com esta emoção, de filha de um homem que defendeu os nossos direitos.

Quero agradecer às Deputadas Federais, especialmente à Deputada Jandira Feghali, que preparam essa exposição, a qual, tenho certeza, será um marco de transformação na vida deste País e, portanto, na vida das mulheres, das crianças e das famílias.

Parabéns a todas nós! Parabéns, Senadora! Parabéns, senhores de alma feminina!

Que Deus nos ajude e nos permita continuar na luta.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Conclamamos os nobres pares, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, para juntos rendermos merecida homenagem a todas as mulheres deste País, aqui representadas pelas nossas agraciadas, e ainda para oferecermos uma justa salva de palmas às nossas célebres Parlamentares, Senadoras e Deputadas, que, ao longo da difícil jornada de lutas pelos direitos da mulher, abriram portas, antes intransponíveis, para o início de uma longa caminhada rumo à participação mais efetiva da mulher na construção de

uma sociedade mais justa. Mulheres como Bertha Lutz, Eunice Michiles, Rose Marie Muraro, Marias, Raimundas e Joanas do nosso País e do mundo, a todas o nosso mais sincero reconhecimento.

Neste momento, junto com uma chuva de pérolas de rosas sobre o plenário, queremos uma salva de palmas a todas as mulheres brasileiras. (*Palmas prolongadas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Neste momento, deixam de integrar a Mesa o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, e o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha.

Passam a compor a Mesa duas das companheiras agraciadas, Sra. Zuleika Alambert e Sra. Maria Aparecida Schumaher.

Convido a Deputada Iara Bernardi para assumir a presidência dos trabalhos.

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pela Sra. Iara Bernardi.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Deputada Iara Bernardi, Sras. Ministras, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Senadores, convidadas agraciadas, saúdo todas as entidades de mulheres aqui representadas, bem como as representantes das comunidades asiática e européia, presentes em número significativo a esta solenidade.

Este é, realmente, um grande momento para o Senado da República.

Como disse a Deputada Laura Carneiro, é difícil ler um discurso pronto. Ela começou a ler e, depois, desistiu. Deram-me um discurso para ler – não sei se vou conseguir, mas vou tentar.

Quero saudar o autor do projeto referente ao estabelecimento de 2004 como o Ano Nacional da Mulher e a Líder do meu partido, Senadora Ideli Salvatti, que, até onde sei, é a única Líder mulher neste momento no Senado da República. As coisas estão realmente mudando. Já temos uma Líder mulher e, com certeza, no futuro, teremos muitas. (*Palmas.*)

Inicialmente, como fiz no ano passado, gostaria de mencionar, em reconhecimento pela qualidade do trabalho desempenhado, a composição do Conselho do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. Fazem parte desse conselho as Sras. Senadoras Roseana Sarney, Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes, os Sena-

dores Papaléo Paes, Augusto Botelho, Sérgio Zambi-
asi e Magno Malta, além do Senador Geraldo Mesqui-
ta Júnior, na qualidade de Vice-Presidente, e desta
Senadora, na qualidade de Presidente do Conselho.

Senhoras e senhores aqui presentes, por mais que um fato histórico relevante seja conhecido, não se deve perder a oportunidade de lembrá-lo e de transmitir o seu significado, que é de grande importância e de imensa repercussão para os costumes sociais, como o ocorrido há 147 anos na cidade de Nova York e que deu origem ao dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, quando operárias de uma fábrica de tecidos foram vil e covardemente assassinadas apenas por buscarem o que hoje chamamos de isonomia salarial e de horário com os companheiros operários do sexo masculino.

A solução dada pelos patrões de então todas nós já sabemos, foi um ato extremamente brutal e covarde. Em nome do sangue que essas mulheres deramaram – sangue também que tantas outras derramaram e outras ainda continuam derramando, como as mulheres líderes sindicais da área rural, que morrem por conta de sua luta – é que temos o dever, a obrigação de estarmos aqui hoje e continuarmos, no dia-a-dia de nossas vidas, lutando na política, na organização sindical, nas organizações de mulheres de um modo geral. Não pode ter sido em vão todo o sangue já derramado. Continuaremos, com certeza, a luta iniciada por mulheres de séculos passados. Prosseguiremos a sua luta e avançaremos cada vez mais.

O Senado da República, que há 20 anos tinha 1 Senadora, hoje tem 9 Senadoras, ou seja, cerca de 10% das nossas cadeiras. A Câmara hoje tem quase 9% de mulheres parlamentares em sua composição. Estamos em ano eleitoral, e certamente o poder político das mulheres aumentará significativamente na instância local, em cada Município do País.

Fazemos uma conlamação: queremos conquistar poder político, sim; queremos muitas Prefeituras e Vereadoras assumindo de ponta a ponta no País a luta das mulheres, com a responsabilidade que nos cabe na sociedade. (*Palmas.*)

É com pensamento voltado para as mártires que acabamos de citar que saúdo e felicito as ganhadoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz 2004. Não poderia ser de outra forma, uma vez que este evento do qual ora participamos pode ser considerado uma dentre as inumeráveis consequências positivas do sacrifício das operárias nova-iorquinas em 1857.

Em sua 3ª edição, a entrega do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz mais uma vez não deixa transparecer o trabalho penoso que é a seleção das agracia-

das. O Conselho analisou 45 currículos, e todos são merecedores do Diploma. O Conselho, porém, tem a difícil missão de selecionar a cada ano apenas 5 mulheres, que serão agraciadas com o prêmio pela defesa que fazem dos direitos femininos.

Em nome do Conselho e do Senado Federal, portanto, felicito as agraciadas deste ano: Eva Sopher, Presidenta da Fundação Theatro São Pedro, de Porto Alegre; Maria Gleyde Martins Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher de Roraima; Mônica Maria de Paula Barroso, Defensora Pública em Fortaleza, Ceará; Maria Aparecida Schumacher, do Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro; e Zuleika Alambert, feminista, escritora, conferencista e política, que atua em São Paulo.

É preciso frisar, no entanto, que as demais indicadas ao Diploma, assim como toda e qualquer mulher brasileira, devem sentir-se homenageadas e lembradas nesta ocasião. Este prêmio é para todas nós que, de uma forma ou de outra, lutamos diariamente pela causa da mulher brasileira.

Senhoras e senhores, o nome oficial do diploma que ora entregamos tem duas palavras que suscitam alguma reflexão: “mulher” e “cidadã”. É verdade que grande parte dos direitos de cidadania conquistados nas últimas décadas estendese às mulheres.

A Constituição Federal de 1988 é muito clara ao determinar, no **caput** do seu art. 5º, que todos são iguais perante a lei. O texto constitucional vai além e não deixa margem a dúvida. No inciso I do referido artigo, o Constituinte declarou expressamente que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Carta Magna.

Porém, fora do âmbito dos direitos de cidadania, que uma vez alcançados beneficiam tanto homens quanto mulheres, há uma longa relação de questões que envolvem prioritariamente os direitos da mulher. Este é o campo de batalha no qual as mulheres vêm lutando há várias gerações. Conquistas brilhantes foram obtidas, é certo, mas batalhas importantes ainda não foram vencidas.

Obviamente, a questão não é puramente legal. Há uma dimensão cultural marcada pelo preconceito e pela intolerância, não superada pela publicação de uma lei, ainda que essa lei seja a Constituição Federal.

É preciso rediscutir constantemente questões como o papel da mulher na família, o preconceito que envolve o trabalho doméstico, ainda considerado por muitos como vocação feminina, o mito da fragilidade

feminina, resultado de uma tradição cultural que diz que a mulher deve ser “protegida” por não ter capacidade de se manter sem o amparo de um homem, que, entre outras questões, devem ser enfrentadas e combatidas pela sociedade brasileira. Para isso, só há um remédio: a organização de mulheres para combatermos os preconceitos que estão postos.

Precisamos combater com mais empenho a violência contra a mulher, tanto a violência física quanto a moral, em casa ou no trabalho. O recrudescimento da punição para esse tipo de crime é parte importante da equação, mas não solucionaremos o problema em definitivo enquanto não ocorrer uma revolução no seio cultural do nosso País.

Para encerrar, gostaria de convidar todos os brasileiros, homens e mulheres, a participar das inúmeras atividades que se desenvolverão de norte a sul deste País ao longo de todo este ano, o Ano Nacional da Mulher.

Por fim, felicito todas as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem em todo o mundo. Meus parabéns. Vamos à luta. Precisamos mostrar o fim da discriminação na família, o fim da discriminação profissional, o fim da discriminação na política.

Este ano, 2004, é determinante. Convido todos – homens e mulheres – a expressar a solidariedade no peito. Temos convicção de que somos absolutamente iguais, temos os mesmos direitos. É preciso que sejamos cada vez mais convencidas de que nós, mulheres, não geramos a vida sozinhas, mas gestamos a vida sozinhas. E quem gesta a vida tem competência, capacidade e responsabilidade para dirigir políticas públicas sérias, para preservar esta vida que foi gestada por nós.

Muito obrigada. Um abraço e um beijo carinhoso a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – A Ministra Marina Silva, devido a compromissos assumidos, vai-se retirar do plenário. Agradeço à Ministra a presença. (*Palmas.*)

Neste momento, passo o comando dos trabalhos à nobre Senadora Serlys Shhessarenko.

A Sra. Iara Bernardi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serlys Shhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serlys Shhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Senadora Serlys Shhessarenko; Sra. Nilcéia Freire, Ministra de Políti-

cas para as Mulheres; Sras. Maria Aparecida Schumaher e Zuleika Alambert, nossas homenageadas, gostaria de cumprimentar todas as Deputadas, Senadoras e representantes das entidades feministas aqui presentes e todos os Senadores e Deputados, todos os homens que vieram participar desta sessão solene.

Neste ano, além desta sessão que comemora o dia 8 de março, um projeto de lei já votado na Câmara dos Deputados define 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Deveremos ter atividades que, na prática, representem todas essas aspirações que aparecem na fala das mulheres, na luta do Movimento Feminista, nos projetos de lei que votamos tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados. As Comissões Especiais do Congresso Nacional vão trabalhar o ano todo, votando leis, realizando plenárias, audiências públicas nesta Casa e fora dela.

A presença da Ministra Nilcéia Freire é extremamente promissora. Devemos trabalhar conjuntamente, a fim de que tenhamos de fato essas políticas públicas, essas aspirações, o que mencionamos aqui em nossos discursos, as leis que votamos, funcionando na prática.

Além de o Brasil ter assinado e ratificado a Convenção da Mulher na ONU, a qual nos dá uma série de obrigações e compromissos inclusive internacionais, temos aqui obrigações e tarefas para o ano de 2004. Que 2004 seja de fato no País o ano da mulher e que isso realmente tenha consequências claras para as mulheres brasileiras. Muitas vezes somos questionados porque aprovamos leis no Congresso Nacional e depois as mulheres não podem fazer uso de seus direitos, porque não há estrutura de funcionamento e de apoio, não há formas de aplicação e de aproveitamento dessas leis pelas mulheres brasileiras.

Então, a cobrança clara, a tradução do Ano Nacional da Mulher seria de fato a implantação de políticas públicas para as mulheres brasileiras; o combate às mais variadas formas de violência, como nos comprometemos com a Convenção da Mulher na ONU; políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e punição aos agressores, com campanhas nacionais, recursos dos orçamentos federal, estaduais e municipais e estrutura de apoio e atendimento a essas mulheres onde elas estejam, em suas cidades. Para isso necessita-se de recursos.

Precisamos da sensibilização clara do Poder Judiciário, porque votamos leis de prevenção principalmente a atos de violência contra a mulher que depois são tratados como crimes de menor importância

no Poder Judiciário. Isso desprestigia toda a luta feminista, as leis que votamos aqui, principalmente de punição aos agressores.

Na reforma de fato da Previdência, queremos que as mulheres sejam atendidas. Quero destacar projeto de lei da Deputada Luci Choinacki, objeto de debate em todo o País, que prevê a aposentadoria da dona de casa, aquela que realmente contribui para o PIB brasileiro com um trabalho que não é reconhecido.

Quando tivermos a reforma sindical, a reforma trabalhista, que se pense também na geração de emprego para as mulheres brasileiras, na divisão do trabalho doméstico, na universalização do setor de creches e educação infantil no País, com uma política de saúde e planejamento familiar que realmente atenda às mulheres brasileiras.

A melhor forma de estabelecermos na prática que o ano de 2004 seja das mulheres é a tradução dessas políticas públicas para as mulheres brasileiras onde elas estejam, nas suas cidades, com campanhas nacionais de sensibilização, com recurso nos orçamentos, com sensibilização do Poder Judiciário, para que possamos de fato aplicar as leis que votamos nesta Casa.

As estruturas estão aí, precisamos tornar o ano de 2004 o mais representativo possível e mostrar ao mundo o que será o Ano da Mulher em nosso País.

Muito obrigada à Mesa e a todos os presentes. Agradeço pela oportunidade de falar em nome da bancada feminina da Câmara. Tenho certeza de que esse trabalho será aprimorado pela Comissão Especial que trabalhará com o tema Ano da Mulher em 2004.

Obrigada, Senadora Serys Sihessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Sihessarenko) – Convido para compor a Mesa as Deputadas Jandira Feghali e Laura Carneiro.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Sihessarenko) – Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO). Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta; Sra. Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; Sras. Deputadas Iara Bernardi, Jandira Feghali e Laura Carneiro; Sra. Maria Aparecida Schumaher e Sra. Zuleika Alambert – cumprimentando-as englobando todas as homenageadas no dia de hoje; senhoras e senhores convidados; Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero, neste momento, cumprimentar a bancada feminina no Congresso pela sua atuação, pelo seu dinamismo e pela sua unidade.

Fruto dessa unidade, vemos hoje esta belíssima cerimônia.

O Dia Internacional da Mulher surgiu como um ato político. Mas, acima de tudo, trouxe-nos a oportunidade de fazer um inventário do passado, avaliar o avanço da questão de gênero no País e refletir sobre as dificuldades que ainda não superamos.

Há 3 anos, o Senado inclui, como parte das comemorações pela data, a premiação com o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz de pessoas que se destacam na defesa dos direitos das mulheres e na discussão das questões de gênero. Cinco delas estão sendo homenageadas hoje: Maria Gleyde Martins Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de Roraima; Eva Sopher, Presidente da Fundação Theatro São Pedro, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Maria Aparecida Schumaher, do Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher, do Rio de Janeiro; Mônica Maria de Paula Barroso, que trabalha como defensora pública em Fortaleza, Ceará; e Zuleika Alambert, feminista, escritora, conferencista e política com atuação em Santos, São Paulo. A todas meus cumprimentos pelo engajamento na defesa dos direitos das mulheres.

A escritora gaúcha Lya Luft, mestra na arte de manusear as palavras, encontrou a definição perfeita para titular seu *best seller* sobre a atual condição humana. Quando se desperdiçam adjetivos para exaltar a condição feminina, é preciso recorrer à razão para refletir sobre nossas “perdas e ganhos”.

É um desafio desmistificar as armadilhas que criamos e que nos impedem de desfrutar plenamente as conquistas femininas das últimas décadas. Para ocupar espaços negados por séculos, as mulheres preparam uma igualdade entre os gêneros, sem levar em conta a especificidade da condição feminina, que, hoje, admitimos, precisa ser revista.

Fruto da emancipação feminina, mas também da necessidade econômica, as famílias dependem cada vez mais das chefias femininas. Hoje, 35% dos lares são comandados por mulheres, e somos mais de 40% da força de trabalho neste País, situação jamais sonhada por nossas avós, que precisavam de autorização do marido para viajar ou sair à rua.

Mas nem tudo são ganhos. Ainda pleiteamos remuneração igual e as mesmas oportunidades conquistadas pelos homens. E, na vida privada, a mulher assume praticamente sozinha a dupla jornada e a responsabilidade pelo planejamento familiar.

Segundo estudo do Prof. Cláudio Dedecca, da UNICAMP, baseado em dados de Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (PNAD), 90% das mulheres que estão no mercado de trabalho realizam também afazeres domésticos. Isso significa que as mulheres trabalham, por semana, entre 5 e 7 horas a mais do que os homens, incluindo o trabalho dentro e fora de casa. É o caso das mulheres que têm filhos de até 15 anos de idade: elas cumprem 62 horas semanais de trabalho, sendo 38 no mercado e 24 em casa.

Esse ponto merece uma reflexão: o mercado de trabalho nos impôs dupla jornada ou foi a sociedade que negou o suporte necessário ao desempenho dos papéis de mãe e de profissional?

Conciliar as responsabilidades da carreira e da maternidade, sem culpa e cobranças, é um problema que aflige a maioria das trabalhadoras de todas as idades e condições sociais. Mas com quem deixar os filhos é um assunto tratado como se fosse individual, e não de política pública.

E cabe a nós o trabalho político de fazer desta uma cobrança permanente, bem como de exigir educação de qualidade para as crianças e os jovens.

Na conta de ganhos, avançamos no combate à violência contra a mulher, que há pouco tempo ganhou maior visibilidade e passou a integrar as agendas nacional e mundial. Este é o grande desafio que temos pela frente: apagar da nossa história essa mancha que ainda persiste em nossa sociedade, não apenas no Brasil, mas também no mundo.

Computamos, também, o maior acesso da mulher à universidade e a presença expressiva dela em cursos eminentemente masculinos, como é o caso da Engenharia, que tem cerca 20% das vagas ocupadas hoje por mulheres, além dos avanços do novo Código Civil e nas leis trabalhistas, como a licença-maternidade.

Em contrapartida, na lista de perdas, entra o desgaste da saúde provocado pela pressão do cotidiano. A jornada exaustiva vem expondo a mulher a níveis de estresse cada vez maiores, de acordo com os especialistas em medicina preventiva, que apontam os riscos de hábitos impostos pela rotina corrida: transporte, cuidados da casa, família, ameaça de desemprego. A maioria não tem tempo para se alimentar de forma equilibrada, não pratica esportes, automedica-se para controlar o apetite ou o sono.

Por conta disso, em 2000, os indicadores mostraram o aumento de doenças relacionadas ao estresse atingindo as mulheres quase na mesma proporção dos homens.

No afã de conquistar espaço, abrimos mão da nossa condição singular e, agora, pagamos um alto

preço por isso. Portanto, é a nós que compete defender maiores investimentos em políticas de saúde, como foi abordado aqui pela Deputada Iara Bernardi, e melhores condições de trabalho.

As trabalhadoras compõem a maior parcela da população diretamente afetada pelos desalentadores indicadores econômicos. Do total de 2,4 milhões de pessoas procurando trabalho em 6 regiões metropolitanas analisadas pelo IBGE em janeiro, 54,4% eram mulheres. A mesma pesquisa apontou que 18,6% dos desempregados estavam procurando o primeiro trabalho.

Há um imenso espaço a ser ocupado pela mulher na vida pública, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias, no Executivo ou no Judiciário. Mas é preciso perder pudores e ampliar nossa participação partidária, ainda reduzida nas executivas nacionais e regionais dos partidos, pois isso se reflete no resultado da produção legislativa, apesar da Lei de Cotas. E, por conseguinte, nas leis que regulam costumes e hábitos da sociedade.

Tenho a expectativa da mudança desse quadro a partir da reforma política, que pode oferecer um eficiente instrumento para estimular o acesso da mulher ao exercício da política: o financiamento público de campanha.

Dessa forma, haverá maior democracia na participação partidária, de forma a consolidar nossos ganhos. Eles serão efetivos a partir do nosso empenho em participar ativamente da vida pública. Sem recorrer às receitas fáceis da sedução, mas sem abrir mão do pensar e do agir feminino.

Não podemos mais delegar apenas aos homens a responsabilidade de decidir sobre questões políticas que tanto afetam nossa vida.

Temos um novo desafio pela frente. Três pontos extremamente importantes foram apresentados aqui. O primeiro, o desafio do mercado de trabalho. O acesso melhorou, agora é necessário termos o reconhecimento da nossa capacidade refletido nos salários. Hoje, na execução das mesmas tarefas, as mulheres recebem salários cerca de 20% menores que os dos homens. Outro desafio que temos pela frente é o combate à violência. É preciso apagar da nossa história essa mancha que nos entristece. O terceiro desafio é no campo da política. Avançamos na questão das quotas, mas precisamos ir além.

É preciso modificar as estruturas dos partidos. Embora seja do PSDB, louvo o avanço conseguido pelos partidos de esquerda, que souberam inserir a mulher nas executivas e não criaram apêndices para

elas, como é feito nos partidos de centro e de centro-direita.

É preciso que o exemplo virtuoso desses partidos seja copiado por outros que desejam uma maior participação da mulher.

Para melhorar a participação da mulher na atividade política é preciso debater a reforma política. A matéria já está no Congresso Nacional. A reforma política, sem dúvida alguma, trará, entre outras, uma vantagem que considero fundamental para a presença da mulher na atividade política: o financiamento público de campanha. Sabe-se que a maior parte das mulheres não detém o poder econômico e financeiro das suas famílias e empresas. O financiamento público de campanha possibilitará a inserção democrática da mulher na atividade política.

Por fim, gostaria de dizer da minha satisfação em participar deste momento e de lembrar palavras de uma goiana que homenageamos ontem em Goiânia – sou goiana e represento nesta Casa o PSDB de Goiás. Refiro-me a Berenice Artiaga, a primeira mulher eleita Deputada Estadual no meu Estado. Foi um exemplo de mulher. Num tempo em que as mulheres ainda não participavam de atividades políticas, ela, firme, elegante, dura, sentava-se à mesa para negociar com homens sem nenhum problema. Isso há cerca de 30 anos.

Gostaria de encerrar minhas palavras repetindo algumas expressões contidas em poema recitado na solenidade de ontem.

Quero homenagear as mulheres do Brasil inteiro e as que hoje estão sendo agraciadas com o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz dizendo que este dia é para todas as mulheres, as mulheres de muitos pecados, as mulheres de muitas virtudes, as mulheres de muitos afazeres, de muitas dores, as mulheres que são semente e as mulheres que são semeadoras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Convidou a Senadora Lúcia Vânia para compor a Mesa.

Antes de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Ann Pontes, gostaria de prestar uma deferência especial à Sra. Carmem Carneiro, viúva do Senador Nelson Carneiro. Agradecemos sua presença. Agradeço também a Palmerinda. (*Palmas.*)

Anuncio que será realizada uma exposição sobre a história da mulher brasileira, a partir das 13h, no corredor do Anexo II da Câmara dos Deputados. Re-

forço também o convite para estarmos todas e todos na biblioteca às 17h.

Solicito às oradoras e aos oradores que procurem restringir-se ao tempo de 3 minutos, porque há mais de 20 inscritos.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, na pessoa de quem faço especial saudação à Mesa, Sras. Ministras, senhoras agraciadas, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a luta das mulheres por sua emancipação econômica, social e política tem uma vigorosa história no País e nesta Casa.

Minha intenção, ao sublinhar tal fato, não é esconder as mazelas que afigem o gênero que aqui represento, já que é patente a participação desproporcional das mulheres nas estatísticas de desemprego, de violência desleal que as atinge nos lares, nas ruas e nos locais de trabalho, como há pouco disse a Senadora que me antecedeu.

No entanto, quando nos atemos tão-somente ao lado negativo das dificuldades e da dura realidade das mulheres em nosso meio, corremos o risco de estimular a resignação e a falta de confiança em nossa capacidade de mudar as coisas.

Por isso, é importante realçar os esforços realizados e as conquistas obtidas. Neste pronunciamento, em nome do PMDB, enfatizarei o que as mulheres têm conseguido nesta Casa ao longo dos últimos anos.

O primeiro ponto a destacar é o próprio crescimento paulatino da chamada bancada feminina. Não se trata, aliás, de uma vitória das mulheres, exclusivamente, mas de uma vitória da democracia.

Esta Casa, por meio de lei, garantiu que se reservassem vagas às mulheres nas listas de candidaturas apresentadas por partidos e coligações em eleições proporcionais.

Outra marcante decisão parlamentar foi a instalação, em 1997, da Comissão Especial destinada ao estudo das medidas legislativas que visem a implementar no Brasil as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada na China em 1995.

Essa Comissão proporcionou que fosse feito um balanço da situação da mulher no Brasil e das ações em andamento no Congresso Nacional para resolver suas dificuldades específicas, assim como tomou providências efetivas para ultrapassar obstáculos, inclusive pela pressão sobre o Poder Executivo.

vo: providenciou que fosse encaminhada à Presidência da República indicação visando à escolha e à nomeação de uma mulher para vaga de Ministro no Supremo Tribunal Federal.

Nessa época, dos 93 Ministros existentes nos Tribunais Superiores, apenas 2, no Tribunal Superior do Trabalho, eram mulheres. Sete anos depois, temos 1 Ministra no Supremo Tribunal Federal e 4 no Superior Tribunal de Justiça. É pouco? Certamente. Mas os avanços estão acontecendo.

Outras Comissões desta Casa trabalharam e trabalham intensamente para trazer melhorias à situação das mulheres em nosso País, como, por exemplo, o importante relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil, aprovado em 2001.

Além disso, começa a ser corrente a preocupação de incluir a perspectiva das mulheres em qualquer assunto tratado nesta Casa.

Na Comissão de Direitos Humanos, há Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, onde foi debatido, ao longo do último ano, o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Não posso deixar de destacar também a grande expectativa que cerca a Comissão Externa destinada a discutir a feminização da pobreza no Brasil, cujos trabalhos apenas se iniciam.

Ao se analisar a atuação do Congresso Nacional, não pode ser esquecida a produção legislativa propriamente dita.

São inúmeras as normas legais produzidas nesta Casa em prol de melhores condições de vida para as mulheres. Eis apenas alguns exemplos do que foi votado no ano de 2003: a Lei nº 10.710 reviu a sistemática adotada em 1999 para o pagamento do salário-maternidade, facilitando o acesso ao benefício para as seguradas empregadas; a Lei nº 10.778 estabeleceu a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados; por fim, a Lei nº 10.745, que instituiu o ano de 2004 como o Ano da Mulher, o que permitirá a focalização de uma série de questões atinentes à nossa presença no cenário nacional.

Registre-se ainda a promulgação, em 2002, do Decreto Legislativo nº 107, que aprovou o texto do protocolo facultativo à convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, assinado pelo Governo brasileiro na sede da ONU, em 2001.

Não há, enfim, senhoras e senhores, questão atinente à luta das mulheres por igualdade e dignidade que não encontre repercussão nesta Casa.

Isso nos estimula a prosseguir trabalhando no sentido da democratização e da implementação das questões de gênero, pois, apesar de tudo o que foi feito, ainda há muito por fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Convidado para compor a Mesa as Deputadas Elaine Costa, do PTB, e Almerinda de Carvalho, do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Dia International da Mulher foi escolhido no II Congresso International de Mulheres Socialistas, por iniciativa da militante Clara Zetkin, para que esta data fosse difundida e transformada em bandeira política, homenageando, assim, as grevistas, operárias de Nova York, queimadas vivas numa indústria têxtil, quando se manifestavam contra a jornada de trabalho de 16 horas. Esse dia fatídico, esse ato de barbárie inominável, praticado de forma insana por policiais a mando de empresários, aconteceu em 8 de março de 1857.

As comemorações do 8 de Março estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições no exercício de suas aptidões no trabalho e na conquista de espaços e de qualidade de vida, inerentes a toda pessoa humana, para a convivência em uma sociedade mais justa e igualitária.

A luta das mulheres, nos vários momentos da história da humanidade, traduz a resistência contra tabus, ao machismo e à discriminação. Umas tombaram, outras, enfrentando adversidades, conseguiram sobreviver, todas heroínas, rompendo barreiras, impondo-se pela sensibilidade e firmeza de propósitos.

Sabemos que muita coisa mudou, mas ainda há muito o que fazer. Se a mulher no passado adquiriu direitos importantes, continua, no limiar do século XXI, lamentavelmente a ser discriminada e pouco representada. E é vítima preferencial da violência.

As mulheres correspondem a 42% da População Economicamente Ativa do Brasil. Têm maior nível de instrução que os homens, mas, de um modo geral, não exercem funções compatíveis com a sua

formação. Ocupam em maior percentual postos mais precários, além de terem menor remuneração.

A igualdade entre homens e mulheres não se realiza pela simples criação de leis ou convenções anti-discriminatórias. A mudança deste quadro requer empenho e compromisso, questionamentos e participação nos movimentos sociais, capacitandose cada vez mais e demonstrando o privilégio de ser mulher. A nova mulher é capaz de enfrentar os embates da vida com destemor, em pé de igualdade com os homens, sem disputas inconseqüentes e estéreis com o outro sexo, e, num ambiente de confraternização universal, mostrar aptidão para as convocações do dia-a-dia.

Sabemos que os avanços vêm pela luta das mulheres, desenvolvida ao longo dos séculos, sempre norteados, quaisquer que sejam as formas por meio das quais se manifestam, por idéias de liberdade, justiça e igualdade.

Os ganhos são notáveis, se nos contentarmos com o reconhecimento formal do direito, com política de pacificação voltada para esbater os conflitos e a discriminação por meio de “recomendações” e “declarações”. Mas são irrisórios, se pensarmos no grau de participação que a mulher tem na vida política, no trabalho, enfim, em vários segmentos da sociedade. O seu poder de mando é bastante limitado, levando-se em conta sua presença como maioria no planeta – no Brasil, ressalte que representa a maioria do eleitorado.

No censo do IBGE, o número que mais chama a atenção é o que indica aumento considerável da população feminina. As mulheres já são maioria em 25 das 27 Unidades da Federação. Ou seja, para cada grupo de 100 mulheres, existem, hoje, em média, 96,6 homens.

Esses dados significam que, em números absolutos, o Brasil tem cerca de 3 milhões de mulheres a mais que homens. Segundo os especialistas, a explicação para esse fenômeno encontra-se no incremento do processo de urbanização do País.

Estatísticas eleitorais, agregadas por sexo, pela primeira vez na história brasileira, demonstram que o eleitorado feminino ultrapassa o masculino (mulheres, 50,4%; homens, 49,48%).

Apesar do maior número de mulheres, a sua representação política não tem o potencial que deveria ter. A mulher é minoria nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado. Mas registro que esse somatório de desigualdade da representação da mulher tem duas exceções no meu Estado de Sergipe: nas Câmaras Mu-

nicipais de Rosário e Frei Paulo, as mulheres detêm folgada maioria. Dos 81 Senadores, apenas 10 são mulheres, que representam dignamente os seus Estados: Heloísa Helena, Roseana Sarney, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Patrícia Saboya Gomes, Maria do Carmo Alves e Marina Silva, as quais saudamos como grandes vencedoras não de uma guerra de sexos, mas de um movimento de modernidade social, fundamental para a democracia, que está começando a ser compreendido pela população.

Lembre-se que a primeira Senadora mulher no Brasil tomou posse em 1979, Eunice Michiles, representante do PDS do Amazonas, que assumiu vaga em decorrência do falecimento do titular.

Ainda foram Senadoras Junia Marise, Marluce Pinto, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, as quais aqui pontificaram como grandes Parlamentares interessadas em conquistar para o Brasil maiores avanços sociais.

A partir de 1980, assumiram como suplentes Lélia de Alcântara, Maria Syrlei Donato, Dulce Braga, Eva Blay e, recentemente, Iris de Araújo e Regina Assunção.

No entanto, 45 anos antes que o Senado, a Câmara dos Deputados, em 1934, proporcionou à mulher a oportunidade de participar da vida congressual, por intermédio da Deputada Carlota Ferreira de Queiroz.

Como nordestino, deixo registradas, com muito orgulho, as presenças marcantes das primeiras mulheres do Nordeste a chegarem ao Senado Federal: Heloísa Helena, Maria do Carmo Alves, Patrícia Saboya Gomes e Roseana Sarney.

Sem querer usar da exaltação bairrista, lembro que, das 10 Senadoras eleitas no Brasil, 7 são das Regiões Norte e Nordeste: Ana Júlia Carepa é do Pará; Fátima Cleide, de Rondônia, e Marina Silva, do Acre.

Como sergipano, lamento que até este 8 de março apenas uma mulher sergipana tenha adentrado a Câmara dos Deputados: a militante do PCdoB Tânia Soares, que desempenhou o seu mandato com competência, seriedade, sempre em defesa das questões sociais. É muito pouco para os que primam pela real representação feminina na busca da plena democracia. A realidade do nosso Estado é a mesma de outros Estados brasileiros no que diz respeito à representatividade feminina. Nas eleições passadas, nenhuma mulher do Estado de Sergipe foi eleita para a Câmara dos Deputados.

Sergipe tem 75 Municípios, e apenas 7 mulheres conseguiram eleger-se Prefeitas; dos 784 Vereadores, 149 são mulheres. Na Assembléia Legislativa, num total de 24 membros, 6 são Deputadas: Celinha Franco, Lilá Moura, Ana Lúcia, Angélica Guimarães, Maria Mendonça e Susana Azevedo. Esta última, Susana Azevedo, aos 25 anos de idade, foi por mim nomeada Chefe da Casa Civil, quando exercei o cargo de Governador do Estado, numa prova de que faço aquilo que prego. Foi a primeira mulher a assumir a Casa Civil.

Ainda é pequena a presença da mulher na elite política em todos os países, e o Brasil não é exceção. Apesar de muitos defenderem que é importante a participação da mulher na política, partir da afirmação para a prática, existem grandes vazios. E o pior, essa resistência torna-se maior quando se trata dos cargos do Poder Executivo, onde a disputa é mais acirrada. As conquistas das mulheres são fruto de muita força de vontade e de decisão firme na ocupação de espaços.

Fala-se da política de cotas. Trinta por cento das vagas para candidatura nos partidos são reservadas para o sexo feminino. Consideramos que a cota contribui para provocar uma mudança cultural, mas, para ser efetivada, deve vir acoplada a outras políticas que acabem com as desigualdades sociais.

É necessário reconstruir o mundo da política considerando também o aspecto feminino e mudar este espaço binário culturalmente estabelecido: mulher e casa, homem e Poder.

Não podemos nem devemos ter os mesmos receios do Senador Marco Catão, na Roma antiga, quando dizia: “Se as mulheres se puserem legalmente em pé de igualdade com os homens – os senhores sabem como são as mulheres -, imediatamente elas quererão subir nas nossas costas”.

Esses tempos, em parte, já passaram. Não se tem mais o Código de Napoleão, que comparava as mulheres às crianças e aos dementes.

No Brasil Colônia, o marido podia castigar a mulher. Passou o tempo em que a mulher, para assumir cargos, empregos, precisava ter a permissão do marido. Foise o tempo em que a mulher não podia votar nem ser votada.

Aqui mesmo, nesta Casa, em 1928, a então Comissão de Poder do Senado, anulou decisão do à época Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, que alterou a legislação eleitoral do seu Estado, conferindo direito de voto às mulheres.

Mesmo assim, elegeu-se uma Prefeita, a primeira da história do Brasil, Alzira Mariano, no Município de Lajes.

Somente em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o novo Código Eleitoral, garantindo, finalmente, o direito de voto às mulheres brasileiras.

Neste 8 de março, rendemos nossas homenagens a todas as mulheres lutadoras nos vários campos de atividades. Rendemos nossas homenagens àquelas valorosas mulheres que, inspiradas na esperança, no respeito à igualdade de direitos, enfrentaram tabus e preconceitos.

Muitas mulheres tombaram, outras venceram, mas todas são heroínas em uma mesma batalha, que visa à promoção e à expansão do valor da mulher.

Sra. Presidenta, senhoras e senhores, é abominável a violência contra a mulher. Em muitos casos, o perigo dorme ao lado. Engana-se quem pensa que a mulher corre mais perigo nas ruas do que dentro de casa. Pesquisas apontam que 70% das agressões registradas nas delegacias são praticadas contra esposas ou companheiras. Ainda assim, a grande dificuldade é convencer a vítima a dar queixa na Polícia. Deixam de registrar ocorrência porque têm medo de represálias. No Brasil, a cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar.

A violência contra a mulher não é exclusiva dos países pobres. Nos Estados Unidos, Canadá e Noruega, um terço das mulheres declaram ter sofrido abuso sexual na infância ou adolescência, segundo relatório da ONU. No Brasil, os dados sobre violência física contra a mulher indicam que tanto a população branca quanto a negra são igualmente vítimas dos homens. Outro segmento visado são as meninas.

Apesar de todas as conquistas, a mulher entrou no século XXI ainda como vítima preferencial da violência em todo o mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida a ter relações sexuais ou sofre abusos de algum tipo.

A “circuncisão” feminina é outra grande agressão praticada em cerca 30 países no Oriente Médio e na África. Pelos dados da ONU, 130 milhões de mulheres e meninas passaram pela mutilação genital.

Não à violência! Homens e mulheres foram concebidos para se amarem, para buscar paz e felicidade.

Sra. Presidenta, antes de finalizar cito Cervantes: “É de gente bem-nascida agradecer os benefícios”.

os recebidos, e um dos pecados que mais ofendem a Deus é a ingratidão”.

Então, neste 8 de março, exalto a figura sertaneja de D. Caçula Valadares, minha mãe, mulher guerreira, alta e destemida, mulher política que governou a sua cidade, Simão Dias, sendo a primeira Prefeita e uma das primeiras a desbravar o ríspido e árido terreno da política. Começou bastante cedo, desenvolvendo atividades filantrópicas quando o seu marido, Pedro Valadares, exercia suas funções no Executivo Municipal de Simão Dias. Sempre ao seu lado, soube enfrentar o antagonismo ferrenho do interior nordestino.

Assim, num dever de justiça, num dever de gratidão, lembro da mulher forte, sertaneja, ressalto a figura de Caçula Valadares.

Aproveito esta oportunidade para saudar a mulher companheira, em nome de todas as esposas dos Srs. Senadores da República, na pessoa de D. Marly Sarney, mais eloquente exemplo da fortaleza da mulher amiga e solidária, companheira de todas as horas, estímulo edificante da vitoriosa caminhada do eminentíssimo Senador José Sarney, que dirige esta Casa pela segunda vez com grande competência, equilíbrio e espírito público.

No campo da intelectualidade de Sergipe, não poderia esquecer as mulheres que se destacaram nos diversos ramos de atividades, como Ofenília Freire, Thetis Nunes, Dalva Nou, Núbia Marques, Maria Augusta Lobão, Ilma Fontes, Aglaé Fontes de Alencar, as professoras Lucila, Zamor, Glorita Portugal e Maria da Glória, as Desembargadoras Marilza Salgado, Clara Leite e Josefa Paixão e as Procuradoras de Justiça Maria Eugênia Ribeiro, Maria Cristina Mendonça, Maria Luiza Vieira Cruz, Maria Creuza Brito de Figueiredo e Maria Helena Fernandes de Barros. Cito ainda a artista plástica Hortêncio, D. Ninota Garcia, D. Hildete Falcão Baptista (D. Detinha), a desportista Larissa Barata, campeã pan-americana de ginástica rítmica, e tantas e tantas outras que honraram e honram a história de Sergipe nas mais diferentes profissões.

Pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência, consideração e respeito com que as mulheres são tratadas, forma concreta de se ter a grandeza da imagem humana.

A todas as mulheres brasileiras, neste 8 de março, o abraço fraterno de quem reconhece e sabe que a luta continua. Tenho certeza de que ocuparão o lugar mais alto do pódio, onde só os vitoriosos podem chegar, porque todos, sem exceção, compreenderão, um dia, o que representa ser mulher na construção de

uma civilização com mais amor, compreensão e paz. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Renovo o convite para que todos estejam presentes na biblioteca, às 17h, e no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, às 13h, para um evento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher no qual será apresentada a exposição *A Mulher Brasileira*.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que disporá de 3 minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Serys Slhessarenko, em nome de quem cumprimento as nobres Senadoras; Deputada Elaine Costa, que se encontra na Mesa e em nome de quem cumprimento todas as Deputadas presentes; Sras. Zuleika Alambert e Maria Aparecida Schumaher, saúdo todas as homenageadas e as entidades da sociedade civil que têm sido fundamentais na luta das instituições brasileiras em relação aos direitos e ao corte de gênero nas políticas públicas. Parabenizo as mulheres e homens feministas aqui presentes, que vêm reforçar todas as bandeiras e nossa história no Brasil. Cumprimento também a Ministra Nilcéia Freire, em nome de quem saúdo o Governo Lula, e todas as representações do Executivo que aqui estiveram presentes.

Sra. Presidenta, 3 minutos é pouco tempo, mas suficiente para abordar o fundamental: nossos sentimentos, convicções e perspectivas de futuro. Cabe aqui fazer apenas registros, na medida em que todas as mulheres presentes nesta sessão de homenagem têm o conhecimento pleno e absoluto da nossa história, do que significamos e do que temos para fazer.

Nossa história e nossa trajetória são profundamente positivas. Zuleika Alambert me disse o seguinte: “Quando fui Deputada, em 1947, em São Paulo, os Deputados olhavam para mim e diziam: ‘O que você está fazendo aqui? Vá cozinar, vá para casa cuidar dos seus filhos’”. O discurso era aberto e declarado. Pode ser que hoje alguns pensem assim, mas não têm a coragem de declarar, porque o momento é outro e nossa resposta certamente seria ouvida nos meios de comunicação.

Mas comproendo que o nosso processo histórico é extremamente positivo, não apenas na intervenção política, mas também na capacitação que nós mesmas adquirimos como consequência dessa história, porque – repito e digo a todo momento – a história de quem fala deste microfone é apenas consequência de um processo histórico. A luta não começou hoje, nós não saímos do zero, a história do Movimen-

to de Mulheres é riquíssima, com pioneiras, guerreiras, combatentes.

Aproveito o momento para homenagear – e espero que todas sintam isto comigo – as guerrilheiras do Araguaia, mulheres do PCdoB que pegaram em armas na resistência à ditadura, e, em nome delas, todas aquelas que comandaram lutas libertárias no Brasil, na guerrilha urbana, na guerrilha do campo ou em outras formas de atuação pela garantia da democracia e da liberdade no nosso tão imenso e importante País.

Eu diria que nossa atuação hoje é marcada por uma ação suprapartidária que foi sustentada em construções, formulações e lutas feitas pelo Movimento Autônomo de Mulheres, pelas formuladoras da Academia, por aquelas mulheres que ocuparam a institucionalidade e por aquelas que hoje constroem a luta no Parlamento e no Executivo e conquistam a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, os Conselhos, as Comissões Especiais do Senado e da Câmara, o que nunca aconteceu aqui. Espero que essas Comissões se transformem em permanentes, com corte de gênero.

Essas são mulheres que têm gritado muito e que, em alguns momentos, vão se identificar com seus partidos e votar até contra a bandeira das mulheres, por questões ideológicas e partidárias, mas temos tentado construir lutas convergentes, consensuais, em muitos temas que galgamos na legislação e que precisam ser garantidos nas políticas públicas.

Quebramos tabus e temos discutido neste Parlamento o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, direitos sexuais reprodutivos no Brasil e fora dele. Essa bancada tem tido a coragem de enfrentar debates que, há 10 anos, talvez não fossem feitos com tanta profundidade.

Este é o momento de homenagearmos ações positivas no âmbito das instituições e no Movimento Autônomo de Mulheres, que precisam ser reafirmadas e ampliadas, como fazem as mulheres trabalhadoras rurais, que farão amanhã aqui, comandadas pela Deputada Luci Choinacki, do PT, a passeata das donas de casa, em caminhada por aposentadoria, com o apoio, tenho certeza, de todo o Congresso Nacional, pelo menos da bancada feminina, porque esse é um trabalho não reconhecido mas duríssimo.

É muito difícil ser militante mulher. É muito difícil fazer a luta política, porque muito nos é cobrado. Nós mesmas nos cobramos muito, porque o processo cultural nos afirma sempre na polivalência que temos de fazer expressar em nossa face.

Quero registrar o que a imprensa não registrou: uma homenagem à Ministra Nilcéia Freire e ao Ministro Humberto Costa, que ontem lançaram o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna. (*Palmas.*) Com isso, homenageio o Governo Lula por ter colocado como prioridade essa agenda tão importante. Infelizmente, a imprensa refletiu mais o café do que o ponto central, o lançamento do Pacto de Redução da Mortalidade Materna. Tive a honra de lá estar, representando a bancada feminina do Congresso Nacional.

Também precisamos lembrar que os problemas da violência doméstica, da chefia de família, do mercado de trabalho, do desemprego da mulher, da escolaridade e da mortalidade materna não podem ser enfrentados por Ministério, por ações isoladas. Digo isso porque é alto o índice de mortalidade das mulheres que ganham até 2 salários mínimos. E entre as mulheres que perdem filho com até 30 dias de vida são muitas as que têm escolaridade de apenas 3 anos. O corte de classe, de gênero e geográfico, da inserção rural e urbana, interfere nitidamente nas estatísticas das perdas e das agressões, exceto no caso da violência, que é mais democrática, atinge todas as classes sociais, conforme sabemos.

Contudo, também sabemos que, se não enfrentarmos mudanças estruturais no campo da política econômica, se não tivermos uma visão ampla e abrangente do processo político brasileiro, não vamos resolver a mortalidade materna apenas pelo SUS e não vamos resolver a mortalidade neonatal apenas discutindo as UTIs neonatais.

Precisamos fazer com que o mesmo Governo que lançou o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna faça parceria com a bancada feminina e com a sociedade brasileira. Tenho certeza de que, dessa forma, terá grande apoio popular para enfrentar o que é um nó decisivo para nós: a mudança estrutural e decisiva da política econômica, que precisa voltar-se para o Brasil, para o povo brasileiro e para o desenvolvimento da Nação brasileira.

Nesse enfrentamento político, estrutural e ideológico, precisamos compreender que o processo sobre nós é um processo largo, cultural. Mesmo em países socialistas onde a emancipação econômica se deu, não conseguimos um sinal de igualdade automático para a emancipação de gênero.

A dupla opressão de classe e de gênero precisa ser tratada, para que possamos ter avanços fundamentais e importantes e possamos, não apenas no 8 de Março, mas nos 365 dias do ano, reduzir o drama das nossas estatísticas, que precisam deixar de ser estatísticas, porque nenhuma mulher pode morrer ao

dar a vida a outro ser. Não temos de viver as estatísticas frias, mas compreender o que significa para cada família, para cada filho, para cada irmão, para cada mãe a importância do acesso fundamental à vida, a nossa capacidade de acesso equânime às questões, quebrando tabus morais e religiosos, a fim de que tenhamos a igualdade preservando a nossa diferença, ou seja, a igualdade no sentido mais progressista, que é a equidade de acesso, de benefícios, de voz, de debate, de comando e de poder.

Por último, chamo a atenção para o fato de estarmos em 2004, ano eleitoral, quando definições políticas se darão no campo da constituição das Câmaras de Vereadores e das eleições majoritárias. Faço um apelo às mulheres brasileiras para que se insiram nesse processo com garra, com consciência, com identidade feminista para eleger Vereadores e Vereadoras, Prefeitos e Prefeitas que tenham identidade com a nossa luta.

Obrigada e parabéns a todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, registro a presença, na Mesa, da Deputada Iriny Lopes, do Espírito Santo.

Anuncio também que a Ministra Nilcéia Freire, que muito nos honrou com sua presença, tem um compromisso e precisa retirar-se.

Muito obrigada, Ministra. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, por 3 minutos. Ainda há 30 pessoas inscritas.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos. Ministra Nilcéia Freire, que terá que se retirar, foi um prazer enorme tê-la aqui conosco. Senadora Serys Slhessarenko, que é membro da Mesa do Senado e que nos orgulha por ser a única mulher membro da Mesa do Congresso Nacional; senhoras homenageadas; Sras. Deputadas Federais; homens e mulheres que estão aqui e aqueles que nos vêem e nos ouvem no Brasil inteiro, vou tentar não ser repetitiva e fazer um registro de coisas importantes para nós, de exemplos, inclusive, de políticas públicas.

Eu, particularmente, acho que o século passado foi o século de conquistas das mulheres. Há setenta e poucos anos, nós conquistamos o direito ao voto, o direito de votarmos e sermos votadas também.

O século passado foi marcado por muitos avanços das mulheres. Mas, sem dúvida alguma, ainda temos muito a lutar, muito a conquistar neste novo século.

Uma das lutas que considero fundamentais é pelo direito à igualdade de oportunidades, para que as pessoas possam ter trabalho e sustentar a família. Assim, quero fazer o registro de um trabalho importante que está sendo feito no meu Município.

Sou de um Estado considerado pobre, mas pobre porque a maioria do povo não tem acesso à riqueza. O Estado do Pará é um dos mais ricos deste País. Nós temos a maior província mineral do mundo, o maior potencial hidrográfico e hidrelétrico do Brasil. Nós temos a maior biodiversidade que possa existir. Portanto, riqueza não nos falta. Faltam, na verdade, políticas públicas que possam fazer com que o povo tenha acesso a essas riquezas, em especial as mulheres. Se o percentual de mulheres chefes de família no País é de 35%, como já disse uma Senadora, quero dizer que no meu Estado esse índice é maior. E nas famílias de baixa renda, esse índice é ainda maior.

Na Prefeitura de Belém – e este é o exemplo que quero citar –, o Programa Bolsa-Escola paga 1 salário mínimo para as famílias que mantêm os filhos na escola. Eu quero dizer que 75% dos beneficiários do Bolsa-Escola em Belém são mulheres. Elas são chefes de família. Ou seja, é na população de baixa renda que se encontram exatamente aquelas que mais necessitam de políticas públicas.

E cito não só esse programa para manter essas mulheres, que dura 2 anos, mas o programa, feito ao longo desse tempo, de capacitação profissional, de crédito do Banco do Povo para que essas mulheres, após os 2 anos de recebimento do benefício do Bolsa-Escola, possam andar com as suas próprias pernas e possam ter orgulho de sustentar a própria família.

Eu quis citar esse exemplo para dizer que, se nós temos muito ainda que percorrer, temos principalmente muito do que nos orgulhar.

E eu não poderia deixar de registrar que nós aprovamos neste plenário, Senadora Serys Slhessarenko, e ontem o Presidente Lula anunciou que vai regulamentar em 30 dias, no máximo, a lei – da qual eu tenho orgulho de ter sido Relatora, tendo inclusive feito um substitutivo – que obriga todos os hospitais, públicos ou privados, a notificarem qualquer tipo de violência contra as mulheres. (*Palmas.*)

Parabéns ao Governo Lula por estar transformando isso em realidade. Nós só vamos mudar a situação de a cada 15 segundos uma mulher ser vítima de violência – segundo a Fundação Perseu Abramo – quando realmente houver ações como essa, assim como projetos que venham a alterar a pena nos crimes de violência contra a mulher. Não haverá mais

apenas a distribuição de cesta básica. Os criminosos realmente serão apenados.

Então, eu quero, ao final, dizer que, se muito ainda temos que lutar, também temos muito do que nos orgulhar, porque nós já conseguimos mudar o mundo, mudar os homens e mudar a nós mesmas. E sabemos que podemos continuar mudando a nossa vida, porque essa é uma luta sem volta.

E vou plagiar a escritora Rosiska Darcy de Oliveira: se ela diz que foi muito bom, eu digo que é muito bom ter nascido mulher.

Parabéns a todas nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Sihessarenko) – Concedo a palavra à Deputada Telma de Souza, por 3 minutos.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Querida Senadora Serys Sihessarenko, acompanhada de outras mulheres de sobrenome bastante consonantal, como a própria Sra. Maria Aparecida Schumaher e a Sra. Zuleika Alambert, numa demonstração de que estão aqui possivelmente a Alemanha, países de língua de origem não latina, anglicana e também francesa, ficando representadas as mulheres no âmbito mundial, gostaria de fazer também um cumprimento particular a todas as mulheres e a todos os homens que aqui hoje estão para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Sempre é difícil e espantoso verificar como cada oradora traz seu universo particular feminino para dentro de suas reflexões. Esse, acredito, é o grande feito do dia 8 de março, quando nos juntamos para tirar aquilo que é detalhe de nossa caminhada e nos debruçamos sobre o que é essencial, além de questões partidárias, além de questões menores, unidas naquilo que, com certeza, é a marca do feminino, que desde que nascemos procuramos construir. Como disse a boa e velha e nova Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, faz-se mulher, torna-se mulher.

Nesta data, Sra. Presidenta, quero citar algumas conquistas que temos tido, alguns problemas que temos enfrentado e, possivelmente, algumas alegrias misturadas a tristezas, mas que são a solução final daquilo que chamo luta e ternura, que, no meu entender, é o binômio cujo resultado final é o que chamo mulher.

Em 2004, saudamos a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a Ministra Nilcéia Freire dando continuidade ao trabalho da ex-Ministra Emilia Fernandes. Com esta atitude do Governo Lula, a partir da condição institucional de tratar o problema das mulheres no âmbito de Ministério, acredito que

estamos finalmente adentrando o caminho de tratar desigualmente os desiguais. O produto disso, Senadora Serys Sihessarenko, será com certeza maior igualdade. Sabemos que a possibilidade de igualdade entre homens e mulheres é o cerne da democracia, que nos move a cada dia, em cada uma de nossas lutas, seja aqui no Congresso Nacional, no Senado ou na Câmara, seja anonimamente, na região de onde estamos vindo.

Acredito que o grande feito que realizaremos neste ano será a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que vai acontecer em junho, em Brasília. Ela será precedida de reuniões municipais, estaduais e regionais, das quais, evidentemente, participará o conjunto de mulheres que lutam pela cidadania em cada Município, em cada Estado.

Outro projeto a ser lembrado é o dos mutirões que ocorrerão até o final de março para regularizar a documentação das mulheres no meio rural e nas cidades, a fim de que tenham acesso ao microcrédito e aos programas de habitação junto à Caixa Econômica Federal.

Apesar desses avanços e condições citados pelas oradoras que me antecederam em relação ao Ministério da Saúde, ainda temos muitos problemas a resolver e encaminhar. O rendimento salarial dos homens, por exemplo, ainda continua sendo 29% superior ao das mulheres, sabendo-se que metade das mulheres que conseguem trabalhar vive com 1 salário mínimo, ou menos, na grande maioria sustentando a família. O dado é estarrecedor: em cada 100 famílias, 27 têm como chefe mulheres, que tentam conduzir solitariamente e a preço muito alto a condição de sobrevivência.

Os dados são ainda mais horrorosos quando constatamos, por números recentes do UNICEF, que muitas mulheres até os 24 anos de idade, inclusive heterossexuais, estão hoje na condição de soropositivas, o que traz um olhar mais agudo sobre a questão da AIDS em nosso País.

Hoje, ao projetarmos o Programa Bolsa-Família para a figura feminina, no sentido de que sustente a família, damos imenso passo, ao lado da participação na discussão sobre o Estatuto da Mulher, projeto que começamos a discutir na Câmara dos Deputados, em Comissão Especial.

Finalmente, sobre a luta que temos tido quanto ao enfrentamento da violência contra a mulher, temos o expressivo número de 33% de mulheres que já sofreram algum tipo de violência, ao lado de 63% que já sofreram agressão doméstica.

Sra. Presidenta, fico sempre pasma ao ver que no mundo masculino adentramos graciosas. Quando V.Exa. fez menção a este plenário, fiquei imaginando o número de bolsas que estavam em cima das bancadas e o universo particular de batons, pós-de-arroz e principalmente de celulares, que nos permitem falar em nome de tantas anônimas espalhadas por este Brasil que esperam de nós esse suporte e essa condição.

Hoje temos uma tarefa muito grande: fazer a lista das mulheres indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. A seleção de mulheres brasileiras tem que ser, antes de mais nada, o alicerce para arquitetas da paz e da justiça que, com certeza, somos nós e milhões de mulheres no Brasil que tentam trazer justiça social e melhores momentos aos corações e às mentes.

Termino fazendo referência a uma querida mulher da minha região – poderia ser uma mulher de qualquer outra região, do Norte, do Nordeste, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste – que, embora tenha um nome muito grande, Maria Dolores Muniz Junqueira, por nós é conhecida principalmente como irmã Dolores. Uma mulher que, vindo da Espanha, ousou organizar, nos moldes do MOBRAL, uma classe para a região da Baixada Santista, de onde venho. Nela, carências e estruturas difíceis de fossos entre a pobreza e a riqueza se apresentam, embora tenhamos um porto pelo qual passa um quarto do PIB brasileiro ao ano.

Na pessoa de irmã Dolores, falo por milhões de mulheres brasileiras que lutam por sua cidadania e identidade, que constroem sua autoestima, que, além de lutar por suas ideologias e de arcar com seu supremo sacrifício cotidiano, estão fazendo um Brasil melhor.

Então, parabéns a todas nós. Merecemos, em nome de milhões de mulheres anônimas, essa tradução. Temos aqui a figura do nosso futuro, uma menina que se chama Gabriela, que significa o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e, por que não dizer, das mulheres do Brasil e do mundo.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Antes de passar a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, por 3 minutos, gostaria de registrar a presença da UBM, do CFEMEA, da Delegacia da Mulher e de outras organizações que aqui se encontram.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, procurarei ser obediente e disciplinado. Saúdo a Presidenta, as Sras. Senadoras, as Sras. Deputadas, os demais Parlamentares, bem como as ilustres brasileiras homenageadas pela terceira edição do Prêmio Bertha Lutz. Respeitosamente, peço licença para ser um pouco bairrista e falar da e para nossa homenageada, destacando com muito carinho, com muita admiração, a Sra. Eva Sopher, verdadeira síntese do movimento cultural gaúcho, aqui ao lado de outra grande expressão da educação e da cultura brasileira, a exDeputada Esther Grossi, essa revolucionária da educação do Brasil, especialmente de Porto Alegre, onde foi Secretária de Educação, e deste Congresso, onde foi Deputada Federal. (*Palmas.*)

Nascida na Alemanha, naturalizada brasileira, Eva Sopher é cidadã honorífica e mora em Porto Alegre desde 1960. Carrega no peito o brasão de nossa cidade com muito orgulho. Cantou o Hino Nacional brasileiro – que beleza, que orgulho para nós, D. Eva.

Naquela cidade, D. Eva vem prestando valiosa contribuição no campo da cultura e da arte, promovendo e organizando os mais variados eventos culturais, recebendo homenagens locais e estrangeiras pelo mérito de suas atividades. Sua atuação excepcional na Presidência da Fundação Theatro São Pedro, dedicada às obras de reconstrução e restauração daquele teatro, possibilitou o resgate de um dos mais grandiosos monumentos históricos e culturais do País, considerado um dos melhores teatros do mundo.

Aos 80 anos de idade, Eva Sopher nos dá novo exemplo de vigor e determinação. Decidiu desafiar-se e desafiar os empreendedores da cultura no Rio Grande do Sul. Trata-se da construção do anexo do Theatro São Pedro, agora denominado como Multipalco, cujo orçamento está previsto em 22 milhões de reais, dos quais 50% já captados por meio de patrocínios e parcerias com “multiamigos”, “multiparceiros” e “multidoadores”.

Também nos enche de orgulho o fato de o projeto ter sido realizado por 3 arquitetos gaúchos e ter recebido a medalha de ouro no concurso de teatros para o terceiro milênio, em Praga, República Tcheca, concorrendo com 47 países.

O slogan escolhido para comunicar as obras do Multipalco Theatro São Pedro traduz bem do espírito e da força que impulsionam essa mulher em seus empreendimentos, especialmente neste projeto: “O espetáculo já começou”.

O projeto inclui: teatro italiano, teatro oficina, concha acústica, sala para entrevistas coletivas e re-

uniões, salas para ensaios, restaurante, praças, cafeteria e bar, 4 lojas e estacionamento.

O Multipalco foi pensado para garantir uma excelente estrutura e ambientes perfeitos para artistas e espectadores.

Nas palavras de nossa homenageada, o que seria Bilbao, na Espanha, sem o Gugenhein, ou Sidney sem o Ópera House, apenas para exemplificar? Ou seja, os monumentos culturais tornam suas cidades mundialmente conhecidas. E o Theatro São Pedro, com o Multipalco, obra dessa grande guerreira, já é uma referência cultural mundial.

Prova disso é a recente reportagem do caderno de turismo do jornal *Folha de S.Paulo*, que, no dia 1º de março, mostra o trabalho de recuperação de prédios históricos em Porto Alegre, ora transformados em centros culturais e *shopping centers*, como fonte de atração turística para a Capital gaúcha, com destaque para as obras aqui mencionadas do Multipalco Theatro São Pedro.

Receba, pois, querida amiga Eva Sopher, ilustre brasileira, grande gaúcha, nossos sinceros agradecimentos e o reconhecimento de toda a comunidade gaúcha por sua brilhante contribuição para a preservação da história e o fomento da cultura em nosso Estado, o Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Faço uma saudação especial ao nosso Senador Zambiasi por realmente ter tido a disciplina necessária para encerrar seu discurso no tempo. Parabéns, Senador. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Informo a todos que ainda há 30 oradores inscritos para falar e estamos no 11º. Há uma solicitação de todos os inscritos para que a partir dos 3 minutos se corte o tempo. É desagradável fazer isso.

Assim, solicito a cada um que respeite os 3 minutos, por favor, para que todos tenham oportunidade de se manifestar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, na pessoa de quem saúdo a nossa Mesa feminina; colegas Parlamentares; senhores convidados, quero, em nome das mulheres do Acre, as únicas mulheres a fazerem uma revolução para se tornarem brasileiras, o que aconteceu há 100 anos no meu Estado, saudar nossas Senadoras e

Deputadas Federais, bem como as mulheres que não estão aqui, profissionais liberais, donas de casa, indígenas, ribeirinhas, sem terra e tantas mulheres do Brasil inteiro.

Quero saudar especialmente as mulheres amazônicas, que são discriminadas tanto quanto as demais mulheres no mundo inteiro, mas têm uma discriminação a mais. As mulheres amazônicas são classificadas como tendo o pior IDH do Brasil já por nascerem na floresta. Não sabem os homens que fazem esses cálculos que as mulheres amazônicas sustentam seus filhos com açaí, castanha do Brasil e farinha de mandioca; não sabem que as mulheres amazônicas receitam a seus filhos óleo de andiroba e óleo de copaíba; não sabem que banham seus filhos em igarapés que têm águas mais limpas do que as existentes em qualquer cidade de qualquer país.

Sra. Presidenta, quero saudar também as mulheres trabalhadoras rurais que estão acampadas em Brasília na luta por terra e por melhores condições de vida no campo.

Quero saudar as mulheres que chegam a Brasília numa marcha em defesa da aposentadoria da dona de casa.

Quero saudar as mulheres dos soldados da borracha, que fizeram parte da história do Brasil e que hoje sequer conseguem o direito de receber o décimo terceiro salário. Elas lutam por isso junto com os maridos, que ajudaram o Brasil a fornecer borracha na época da Segunda Guerra Mundial.

Quero saudar as mulheres do Araguaia, que participaram da guerrilha por um Brasil livre, soberano e socialista e que hoje nem sequer têm o direito de ter a ossada de seus entes queridos.

Quero saudar as Senadoras e Deputadas Federais, que, apesar de todos os avanços aqui relatados, lutam para ver garantida pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado da República a cota de 30% dos cargos públicos do País.

Como disse Rose Marie Muraro no seu artigo de hoje na *Folha de S.Paulo*, nos países onde a mulher tem presença considerável na administração pública a corrupção tende a cair drasticamente. Nesses países há uma menor desigualdade de renda, maior grau de instrução da juventude, suporte governamental a mães e pais para cuidar das crianças pequenas com a garantia de manutenção dos seus empregos.

Sabiamente afirma a nossa escritora que um país não se desenvolve se não desenvolver a sua metade feminina. Aponta com inteligência a necessidade de não mais educar um homem para educar um

indivíduo, mas sim educar uma mulher objetivando educar uma sociedade.

Sra. Presidenta, faço esse alerta para que possamos ter mais mulheres nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras na próxima eleição.

Finalizo dizendo que é muito bom para nós, mulheres, termos um dia especial, recebermos rosas, jantares, mas queremos mesmo, em nome de todas as mulheres que citei, é ser reconhecidas nos restantes 364 dias do ano. Precisamos disso, não precisamos apenas de um dia especial. As mulheres que passam fome, as mulheres sem terra precisam ser valorizadas, reconhecidas e respeitadas todos os dias do ano.

Sra. Presidenta, vou ler a mensagem do nosso cartão para todas as mulheres do Brasil:

"Há algo de vegetal na mulher, essa dualidade de pedra e flor. Não se pode saber se seria melhor ou pior o mundo com sua ausência, sem sua condição de síntese da natureza. Certezas? Só mesmo que ele, o mundo, perderia muito de sua beleza e resistência".

Muito obrigada e parabéns a todas nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Gostaria de ressaltar as contribuições dos movimentos feministas do País para a conquista dos direitos das mulheres.

Sabemos que estão presentes nesta Casa, trazendo grandes contribuições, como é o caso do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que este ano completa 15 anos. (*Palmas.*)

Quero registrar a presença da Exma. Sra. Lívia Maria Pio de Arruda, primeira candidata à Presidência da República, pelo Partido Nacionalista, em 1989. Agradecemos pela sua presença.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o nobre Deputado Maurício Rabelo.

O SR. MAURÍCIO RABELO (Bloco/PL – TO). Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, minhas saudações a V. Exa., muito digna representante do povo de Mato Grosso no Congresso Nacional, grande brasileira que, nascida nos pampas rio-grandenses-do-sul, foi em busca do Norte brasileiro para a ele emprestar sua inteligência e seu trabalho, que muito bem tem desempenhado no Senado Federal.

Minhas saudações a todas as demais Senadoras e Deputadas presentes; minhas saudações a todas as mulheres homenageadas; minhas saudações ao Deputado Almir Moura, do Estado do Rio de Janeiro e, como eu, do Partido Liberal; minhas saudações à Sra. Vânia, coordenadora nacional do Partido Liberal Mulher.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro, na oportunidade em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, falo em nome do Partido Liberal, sobretudo em nome do meu Presidente, Deputado Valdemar Costa Neto, e do meu Líder, Deputado Sandro Mabel. Falo, enfim, em nome de todos os liberais do Brasil. Lamentamos não ter ainda em nossos quadros Deputadas que emprestem a sabedoria feminina ao Partido Liberal. É como amigos e admiradores da mulher brasileira que aqui estamos para lhe prestar nossa homenagem no dia de hoje. Rendemos homenagem a todas as mulheres, que, independentemente de nacionalidade, credo ou cor, têm lutado ao longo dos séculos em defesa da liberdade, da independência e da dignidade da mulher.

Sra. Presidenta, como bem lembrou o Prof. Lau-ro Morhy, tantas são as formas de refletir e falar sobre a mulher e seu lugar na história da humanidade quantos são os diversos papéis que ela assumiu, todos – sem dúvida – de extrema importância. Digno de nota, nobres pares, é o fato de, a despeito das limitações impostas e das perseguições sofridas, seja pela época, seja pelos costumes, ser notável a influência da mulher no curso dos acontecimentos.

Soa mais alto, Sras. e Srs. Parlamentares, a voz de quem sobreviveu à imposição da força e da intimidação. Ao tempo em que a humanidade se desenvolvia tecnologicamente, o papel da mulher foi-se ampliando à submissão aos homens e às leis, à inferioridade a que era subjugada, alijada do direito de voz e de voto.

Sra. Presidenta, o espaço feminino foi conquistado com bravura, sacrifícios, determinação e a genialidade de mulheres desbravadoras, como Anita Garibaldi, Maria Quitéria e tantas outras heroínas da nossa História. Muitas outras mulheres de excepcional talento e conhecimento poderiam ser relembradas, em diversos países e civilizações, com imenso respeito, por seu trabalho nos campos da ciência, das artes, da filosofia, da religião e da moral.

Sras. e Srs. Parlamentares, peço licença para, sem esquecer a presença feminina mundo afora – crescente e frutífera em todos os continentes -, dirigir o foco de atenção para nosso País e o momento atual. Não é difícil elencar personalidades extraordinári-

as que no Brasil redimensionaram, por sua atuação, a imagem da mulher em todos os segmentos da sociedade, tendo profundo impacto sobre a condição em que vive a população de mais de 86 milhões de brasileiras (resultados do Censo 2000).

Competentes e ousadas, as mulheres assumiram a direção de poderosas organizações, num espectro que vai do setor siderúrgico à indústria hoteleira. Competentes e ousadas, as mulheres lutaram em favor dos pobres e desvalidos, em causas não necessariamente religiosas ou ideológicas, e deram voz às mulheres silenciadas pela opressão e pelo preconceito. Competentes e ousadas, as mulheres ocuparam, pouco a pouco, mas de forma inexorável, as altas posições do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Os nomes, todos os conhecemos e os lembramos com reverência e orgulho.

Por outro lado, Sras. e Srs. Parlamentares, o 8 de Março exige de nós especial atenção e profunda reflexão. Trata-se de um fenômeno redentor da própria humanidade, que, dessa forma, resgata dívidas acumuladas nos milênios de repressão e de humilhações impostas às suas filhas, às mulheres.

Sra. Presidenta, precisamos reconhecer que as mulheres já muito conquistaram, mas ainda é pouco. Há mulheres, infelizmente, que ainda hoje recebem tratamento incompatível com os elementares princípios de civilização. São vítimas de práticas degradantes à sua dignidade e condição humana. No Brasil, em particular, os direitos da mulher ainda não são totalmente reconhecidos. As mulheres ainda sofrem muita violência, são discriminadas e pouco reconhecidas, sobretudo no desempenho de suas atividades profissionais.

Foi com esta preocupação, Sras. e Srs. Parlamentares, com a preocupação de garantir a presença feminina em todos os setores da sociedade, de proporcionar às mulheres condições de defender os seus direitos básicos à educação, à saúde e à segurança, de assegurar igualdade no acesso ao mercado de trabalho e à vida pública, que o Partido Liberal, reconhecendo a inteligência e a competência das mulheres, instituiu em 2003 o PL Mulher, com o objetivo de elevar as mulheres ao patamar que lhes é devido e, com isso, propiciar ao País o progresso tão almejado.

Sra. Presidenta, minha preocupação com a condição da mulher vem de longa data. Reconheço que ela tem o poder de modificar a sociedade, prerrogativa dada pela maternidade e pela percepção aguçada – o sexto sentido feminino, como costumamos dizer. Levado pela preocupação de ressaltar o valor e a im-

portância da mulher na sociedade brasileira, fui autor de projeto de lei que instituiu 2004 como o Ano da Mulher. Dessa forma, nós, do Partido Liberal, acreditamos na possibilidade de discutir, em um ano inteiramente dedicado à mulher, alternativas para que seja possível uma verdadeira mudança, uma revolução nos usos e costumes, nas práticas e no cumprimento da lei, de modo que os cidadãos e as cidadãs brasileiras passem a construir uma sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades e cujo pilar de sustentação seja o respeito à pessoa, independentemente de cor, sexo ou convicção religiosa.

Estou certo, por fim, de que, ao formular este registro, faço-o em nome de todo o povo brasileiro e em nome do meu Estado do Tocantins, com o apoio dos seus legítimos representantes. O Dia Internacional da Mulher é uma data que transcende à rotina das festividades do calendário, porque simboliza a presença construtiva, generosa, segura e fecunda de mais de metade da humanidade – de pessoas que tiveram de lutar duplamente em defesa de seus ideais e seus direitos. Sua vitoriosa trajetória, portanto, é algo que exige o aplauso e a sincera comemoração de toda a sociedade.

Como disse, o Partido Liberal, reconhecendo a necessidade de conferir maior espaço para as mulheres no Brasil, criou em 2003 o PL Mulher, coordenado pela querida amiga Vânia, que tem prestado um grande trabalho. Tenho certeza de que esse trabalho vai frutificar, e muito, pelo Brasil afora em favor das mulheres.

Tenho orgulho de estar entre tantas mulheres inteligentes e determinadas.

Na condição de autor do projeto de lei que se transformou na Lei nº 10.745 e instituiu o Ano Nacional da Mulher, queremos, em nome das tocantinenses, comemorar em 31 de dezembro de 2004 muitos ganhos em favor das mulheres do País.

Muito obrigado a todas as Sras. Deputadas e Senadoras, a todos os presentes.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) Agradecemos ao Deputado Maurício Rabelo, autor da lei que estabeleceu 2004 como o Ano Nacional da Mulher, a colaboração.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra, por três minutos, à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, companheiras homenageadas

por merecimento, hoje é mais um dia de luta para todas nós.

Nobres pares que compõem a Mesa, senhoras e senhores, o espaço que estamos conquistando, embora seja pequeno quanto às esferas pública e política, assim como em relação à tomada de decisão e poder, é importante porque faz a sociedade feminina avançar.

Sra. Presidenta, sou mulher amazônica. E a Amazônia representa geograficamente mais da metade do nosso País. A sua população tem densidade demográfica diversa e precisa de política diferenciada. Digo isso porque acredito que mudanças profundas na área da educação terão de ser feitas por este Congresso. Enquanto no sul comem-se uvas, na Amazônia comemos açaí. As crianças têm de aprender a ler e a escrever a palavra açaí na escola. Somos indígenas e precisamos ser bilíngües para manter nossa cultura, assim como somos remanescentes de inúmeras sociedades quilombolas.

Nesta sessão solene, em que se dá destaque ao gênero feminino, às raças e às etnias do nosso País, necessitamos do olhar diferenciado dos Poderes Públicos constituídos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo nas esferas municipal, estadual e federal.

Que nós, mulheres amazônicas presentes, nos juntemos e façamos com que o Brasil conheça a Amazônia, assim como nossas necessidades. A companheira homenageada de hoje, Sra. Maria Aparecida Schumaher, já esteve várias vezes em meu Estado e tem conhecimento da nossa realidade.

Peço desculpas à Presidência por ter ultrapassado o tempo de que dispunha. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Sihessarenko) – Tem a palavra o nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna para registrar o apoio incondicional e irrestrito do nosso partido a todos os pleitos das mulheres brasileiras no Dia Internacional da Mulher.

O PMDB tem história neste País e sempre esteve ao lado das conquistas das mulheres. Saliento, pois, o orgulho do PMDB pelas mulheres que há na política, nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, nas Prefeituras, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. E não apenas do nosso partido, mas de todos. As mulheres têm brilhado in-

tensamente na política brasileira e colaborado com as conquistas democráticas do País.

Não poderia, portanto, o PMDB ficar calado nessa solenidade tão importante. Em nome de seu Presidente, Deputado Michel Temer, do Líder no Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e de todos os seus membros, registro, repito, o apoio incondicional e irrestrito a todas as mulheres brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Sihessarenko) – Tem a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, a instituição do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz constitui uma das mais significativas honrarias que o Poder Público pode conceder àquelas que lutam pelo fim das injustiças e da desigualdade de gênero no Brasil.

Em sua terceira edição, foram contempladas a Sra. Zuleika Alambert, escritora, conferencista e política paulista; a Sra. Eva Sopher, da Fundação Teatro São Pedro, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; a Sra. Maria Gleyde Martins Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de Roraima; a Sra. Mônica Maria de Paula Barroso, defensora pública em Fortaleza, Ceará; a Sra. Maria Aparecida Schuma Schumaher, do Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher, no Rio de Janeiro. Todas elas, em seus respectivos campos de atuação, têm dado mostras inequívocas de sua firmeza na luta pelos direitos femininos. A elas e a todas as mulheres brasileiras os nossos parabéns.

Quero, especialmente, dirigir uma palavra de apoio às organizações de defesa dos direitos da mulher, em funcionamento na Paraíba, como é o caso do Centro da Mulher 8 de Março – CM8M, organização não-governamental feminista, autônoma e que desenvolve ações que buscam construir uma sociedade mais justa e humana, desprovida de preconceitos e discriminações.

Todos nós temos consciência do quanto avançou o mundo, e particularmente a sociedade brasileira, com a entrada decisiva das mulheres nos espaços públicos, isto é, na política, no mercado de trabalho, na liderança de questões comunitárias, nas academias, nos tribunais.

Na Paraíba, por exemplo, temos, pela primeira vez na história, uma mulher ocupando o cargo de Vice-Governadora.

Essa participação, conquistada a duras penas pelos legítimos anseios e movimentos de liberação

do jugo patriarcalista de nossa sociedade, sem dúvida nos levou a ser um país menos desigual, mais próximo daquilo que nossa Constituição nos chama a ser.

Do início da participação formal nos processos eleitorais – como eleitoras e elegíveis -, há 70 anos, até a presença majoritária nas cadeiras universitárias, as mulheres brasileiras percorreram um árduo caminho. Mas e justamente essa luta que as colocou no centro das conquistas que as habilitam a prosseguirem, como sujeitas do processo, a continuarem avançando.

Entretanto, ainda há um longo caminho de barreiras a superar, até que a igualdade efetiva de direitos seja observada; até que a recompensa salarial seja proporcional ao trabalho desempenhado, e não ao sexo do ocupante do emprego ou cargo público; até que as Câmaras e Assembléias, incluído este Senado, tenham uma representação proporcional ao eleitorado feminino; até que, na Esplanada dos Ministérios, a chamada avaliação de competência técnica e política não reflita o viés de uma suposta supremacia masculina; até que os cargos superiores do Judiciário reflitam a crescente presença de mulheres como juízas nas instâncias básicas; até que tarefas domésticas sejam divididas igualmente entre os casais; até que a responsabilidade pelos filhos seja compartilhada em condições de igualdade por pai e mãe.

Estou falando, Sras. e Srs. Senadores, de um legítimo e sustentado movimento de autonomia e de autonomização, em que o acesso aos níveis mais avançados de educação, a democratização no acesso a cargos e empregos, enfim, as conquistas das mulheres as levem a assumir essa liderança que lhes cabe no ordenamento da sociedade brasileira.

Mas, até lá, continuaremos a conviver com milhares de mulheres que não tiveram, não terão acesso ao mercado formal, com carteira assinada, com reconhecimento à Previdência Social.

Que fazer com esse expressivo segmento que no dia-a-dia – por falta de opção, por pressão da sociedade, pelo peso dos costumes, pela herança patriarcalista – dedicouse a lavar louça e cuidar das crianças? Que teve seu universo reduzido a cozinhar, arrumar a casa, passar e lavar as roupas, pesquisar o melhor preço no mercado e limpar o quintal.

Por ocasião das celebrações e chamamentos de consciência do dia 8 de março, há uma questão que considero das mais relevantes para a superação das desigualdades de gênero em nosso País: a garantia de previdência para as donas de casa.

Nós, Parlamentares, que, atendendo a um apelo do Poder Executivo, nos desdobramos no ano passado para aprovar a chamada PEC da Previdência, não podemos fugir a esse apelo tão mais significativo, que é aprovar condições para as mulheres que, sem passagem pelo mercado formal, se dedicaram, se dedicam e continuarão a se dedicar a uma das tarefas mais “trabalhosas” deste mundo, que é educar e formar gente.

Neste 9 de março, teremos aqui em Brasília uma Mobilização Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa. Elas virão aqui com o propósito de pressionar pelo avanço das proposições que concederão aposentadoria às donas de casa. Segundo as organizadoras, um abaixo-assinado será entregue às lideranças políticas.

Além das facilidades de contribuição por nós aprovadas na PEC Paralela da Previdência, tal qual se fez com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, é necessário amparar as donas de casa que chegam aos 60 anos sem disporem de fonte de renda própria. Segundo o IBGE, mais de 2 milhões de mulheres seriam contempladas com esse benefício.

Para um governo como o do Presidente Lula, que tem afirmado ter como prioridade a inclusão social, essa medida de justiça seria das mais bem vindas. Não apenas porque ampararia na terceira idade quem se dedicou ativamente a “trabalhar” para a família. Seria também uma medida de proteção social para todos os que convivem com os idosos.

Nós, que somos da Paraíba, do Nordeste, vimos o quanto significativa é a “aposentadoria” para a economia local. E qual o mercado que mais cresce com esse programa? O de aquisição de alimentos. As bodegas, as feiras e os supermercados são os segmentos que mais crescem com aquele minguado salário do trabalhador rural aposentado.

O que teríamos, então, seria um fenômeno semelhante de transferência de renda para as trabalhadoras donas de casa urbanas.

Obviamente, os “rigoristas” de plantão virão com as costumeiras alegações de falta de sustentabilidade para tal providência.

Nós já ouvimos esses argumentos ao longo da tramitação da reforma da Previdência. Em vez de falar em “seguridade social”, tratam apenas de ajuste fiscal. Levantam a ideia de déficit da Previdência, mas não debatem claramente o superávit do orçamento da seguridade social.

Pois a esses argumentos de rigorismo fiscal é preciso responder com a responsabilidade social que

temos para com esse importante segmento da população. Até mesmo porque, assim como o dinheiro dos aposentados rurais, esse também se transformaria em consumo, dando o devido retorno ao mercado. Um mercado que, por sinal, não responde proporcionalmente com a oferta de empregos. Por isso, não podemos permitir que um sistema previdenciário calcado somente no binômio contribuição/benefício propague as desigualdades que gera.

Todos sabemos o quanto o desemprego atinge justamente os que estão na ponta mais frágil da sociedade. Se tomarmos uma unidade da Federação – o Distrito Federal – onde existe a melhor proporção de mulheres no mercado de trabalho, verificamos que mais de 40% das mulheres negras estão em ocupações precárias, ao passo que homens brancos nessa condição não chegam a 20%. Se é assim onde as mulheres estão mais protegidas, imagine em outros Estados menos favorecidos?

Sei que o universo das reivindicações femininas vai muito além dessa providencial política pública; sei que precisamos avançar muito na proteção à mulher; sei que a violência doméstica – a que aparece nas estatísticas e a encoberta – precisa ser superada, tanto pela renovação de brutais costumes machistas quanto pela punição dos perpetradores; não ignoro, igualmente, a necessidade de Prefeituras e Governos Estaduais proverem creches para ampararem a mulher trabalhadora.

Nada disso desconheço. E, se concentro meu pronunciamento sobre o dia 8 de março na questão previdenciária para as donas de casa, é porque reconheço o quanto esse segmento está ausente do poder de influenciar decisões.

Mas nós, Parlamentares, com o mesmo patriotismo que temos dedicado às reformas tributária, política, judiciária e à própria previdenciária, haveremos de completá-la, com a inclusão das donas de casa nesse amparo.

Muito obrigado.

É o seguinte o discurso na íntegra:

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores:

1. A instituição do Diploma Beata Lotas – Mulher Cidadã constitui uma das mais significativas honrarias que o Poder Público pode conceder para aquelas que lutam pelo fim das injustiças e da desigualdade de gênero no Brasil.

2. Para esta terceira edição, tivemos como contempladas a Senhora Zuleika Alambert, escritora, conferencista e política paulista; a Senhora Eva Sopher, da Fundação Theatro São Pedro, de Porto Alegre (RS); a Senhora Maria Gleyde Marfins Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de Roraima; a Senhora Mônica Maria de Paula Barroso, defensora pública em Fortaleza (CE); a Senhora Maria Aparecida Schuma Schumaher, do Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher, no Rio de Janeiro. Todas elas, em seus respectivos campos de atuação, têm dado mostras inequívocas de sua firmeza na luta pelos direitos femininos. A elas e a todas as mulheres brasileiras os nossos parabéns.

3. Quero, especialmente, dirigir uma palavra de apoio às organizações de defesa dos direitos da mulher, em funcionamento na Paraíba, como e o caso do Centro da Mulher 8 de Março-CM8M, organização não-governamental feminista, autônoma e que desenvolve ações que buscam construir uma sociedade mais justa e humana, desprovida de preconceitos e discriminações.

4. Todos nós temos consciência do quanto avançou o mundo, e particularmente a sociedade brasileira, com a entrada decisiva das mulheres nos espaços públicos, isto é, na política, no mercado de trabalho, na liderança de questões comunitárias, nas academias, nos tribunais.

5. Na Paraíba, por exemplo, temos, pela primeira vez na história, uma mulher ocupando o cargo de Vice-Governadora.

6. Essa participação, conquistada a duras penas pelos legítimos anseios e movimentos de liberação do jugo patriarcalista de nossa sociedade, sem dúvida nos levaram a ser um país menos desigual, mais próximo daquilo que nossa Constituição nos chama a ser.

7. Do início da participação formal nos processos eleitorais – como eleitoras e eleitáveis -, que data de 70 anos, à presença majoritária nas cadeiras universitárias, as mulheres brasileiras percorreram um árduo caminho. Mas é justamente essa luta que as colocou no centro das conquistas que as habilitam a prosseguirem, como sujeitas do processo, a continuarem avançando.

8. Entretanto, ainda há um longo caminho de barreiras a superar, até que a igualdade efetiva de direitos seja observada; até que a recompensa salarial seja proporcional ao trabalho desempenhado, e não ao sexo do ocupante do emprego ou cargo público; até que as Câmaras e Assembléias, incluído este Senado, tenham uma representação proporcional ao eleitorado feminino; até que na Esplanada dos Ministérios, a chamada avaliação de competência técnica e política não reflita o viés de uma suposta supremacia masculina; até que os cargos superiores do Judiciário reflitam a crescente presença de mulheres como juízas nas instâncias básicas; até que tarefas domésticas sejam divididas igualmente entre os casais; até que a responsabilidade pelos filhos seja compartilhada em condições de igualdade por pai e mãe.

9. Estou falando, Senhoras e Senhores Senadores, de um legítimo e sustentado movimento de autonomia e de autonomização, em que o acesso aos níveis mais avançados de educação, a democratização no acesso a cargos e empregos, enfim, as conquistas das mulheres as levem a assumir essa liderança que lhes cabe no ordenamento da sociedade brasileira.

10. Mas, até lá, continuaremos a conviver com milhões de mulheres que não tiveram, não terão acesso ao mercado formal, com carteira assinada, com recolhimento à Previdência Social.

11. Que fazer com esse expressivo segmento que no dia-a-dia – por falta de opção, por pressão da sociedade, pelo peso dos costumes, pela herança patriarcalista – dedicou-se a lavar a louça? Cuidar das crianças?

12. Teve seu universo reduzido a cozinhar, arrumar a casa, passar e lavar as roupas, pesquisar o melhor preço no mercado, limpar o quintal?

13. Por ocasião destas celebrações e chamamentos de consciência do dia 8 de março, há uma questão que considero das mais relevantes para a superação das desigualdades de gênero em nosso País: a garantia de previdência para as donas de casa.

14. Nós Parlamentares que, atendendo a um apelo do Poder Executivo, nos desdobramos no ano passado para aprovar a chamada PEC da Previdência, não podemos fugir a esse apelo tão mais significativo, que é aprovar condições para as mulheres que, sem passagem pelo mercado formal, se dedicaram, se dedicam e continuarão a se dedicar a uma das tarefas mais “trabalhosas” deste mundo, que é educar e formar gente.

15. Neste nove de março, teremos aqui em Brasília uma Mobilização Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa. Elas virão aqui com o propósito de pressionar pelo avanço das proposições que concederão aposentadoria às donas de casa. Segundo as organizadoras, um abaixo-assinado será entregue às lideranças políticas.

16. Além das facilidades de contribuição por nós aprovadas na PEC Paralela da Previdência, tal qual se fez com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, é necessário amparar as donas de casa que chegam aos 60 anos sem disporem de fonte de renda própria. Segundo o IBGE, mais de dois milhões de mulheres seriam contempladas com esse benefício.

17. Para um governo como o do Presidente Lula, que tem afirmado ter como prioridade a inclusão social, essa medida de justiça seria das mais bem-vindas.

18. Não apenas porque amparariam na terceira idade quem se dedicou ativamente a “trabalhar” para a família. Seria também uma medida de proteção social para todos os que convivem com os idosos.

19. Para nós que somos da Paraíba, do Nordeste, e que vimos o quanto significativa é a “aposentadoria para a economia local. E qual o mercado que mais cresce com esse programa? O de aquisição de alimentos. As bodegas, as feiras e os supermercados são os segmentos que mais crescem com aquele minguado salário do trabalhador rural aposentado.

20. O que teríamos, então, seria um fenômeno semelhante de transferência de renda para as trabalhadoras donas de casa urbanas.

21. Obviamente, os “rigoristas” de plantão virão com as costumeiras alegações de falta de sustentabilidade para tal provisão.

22. Nós já ouvimos esses argumentos ao longo da tramitação da Reforma da Previdência. Em vez de falarem em “seguridade social”, tratam apenas de ajuste fiscal. Levantam a idéia de déficit da Previdência, mas não debatem claramente o superávit do orçamento da seguridade social.

23. Pois a esses argumentos de rigorismo fiscal é preciso responder com a responsabilidade social que temos para com esse importante segmento da população. Até mesmo porque, assim como o dinheiro dos aposentados rurais, esse também se transformaria em consumo, dando o devido retorno ao mercado.

24. Um mercado que, por sinal, não responde proporcionalmente com a oferta de empregos. Por isso, não podemos permitir que um sistema previdenciário calcado somente no binômio contribuição-benefício propague as desigualdades que gera.

25. Todos sabemos o quanto o desemprego atinge justamente os que estão na ponta mais frágil da sociedade. Se tomarmos uma unidade da Federação – o Distrito Federal – onde existe a melhor proporção de mulheres no mercado de trabalho, verificamos que mais de 40% das mulheres negras estão em ocupações precárias, ao passo que homens brancos nessa condição não chegam a 20%. Se é assim onde as mulheres estão mais protegidas, imagine em outros estados, menos favorecidos?

26. Sei que o universo das reivindicações femininas vai muito além dessa providencial política pública; sei que precisamos avançar muito na proteção à mulher; sei que a violência doméstica – a que aparece nas estatísticas e a encoberta – precisa ser superada, tanto pela renovação de brutais costumes machistas quanto pela punição dos perpetradores; não ignoro, igualmente, a necessidade de prefeituras e governos estaduais proverem creches para ampararem a mulher trabalhadora.

27. Nada disso desconheço. E, se concentro meu pronunciamento neste 8 de março na questão previdenciária para as donas

de casa, é porque reconheço o quanto esse segmento está ausente do poder de influenciar decisões.

28. Mas nós Parlamentares, com o mesmo patriotismo que temos dedicado às reformas tributária, política, judiciária e à própria previdenciária, haveremos de completá-la com a inclusão das donas de casa nesse amparo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, neste 8 de Março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, e em nome da companheira Margarida Alves, que deu a vida por homens e mulheres e lutou contra as injustiças sociais, cumprimento todas as Deputadas e Senadoras presentes.

O que faz um homem neste momento falando sobre isso? Quero lembrar a todos que em boa parte das relações sociais, seja na vida conjugal, seja na ocupação de um cargo de gestão ou de mando, nós, homens, provocamos a desigualdade de gênero. E acontece isso por questões culturais e até por conveniência. Não há como construir relação fraternal de plena igualdade entre homens e mulheres se nós, homens, não nos imbuirmos dessa necessidade.

Ocupo a tribuna para destacar que, por melhor que façamos as leis, por mais duras que elas sejam para reprimir a violência contra as mulheres e a discriminação nas relações de gênero, esses atos são insuficientes. Se culturalmente nós, homens, não assumirmos como necessidade primeira a construção de uma verdadeira igualdade na relação de gêneros no País, não procurarmos na nossa casa, nas relações de trabalho e nas políticas públicas consolidar uma sociedade fraterna e ter essa responsabilidade, não chegaremos a lugar nenhum.

Na qualidade de legisladores, temos o papel e a responsabilidade de fazer boas leis. Mas como homens temos também o papel e o dever de, na nossa conduta cotidiana, exercitar a capacidade de construir a igualdade.

Aproveito esta data para ressaltar o dever político e o compromisso humano que devemos ter com a Casa. Espero que construirmos juntos, homens e mulheres, igualdade de gênero no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Deputado Eduardo Valverde, pelo pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, parabenizo V.Exa. pela relevante iniciativa para nós, mulheres, em um dia de mobilização, em que todo o País reflete sobre a importância do nosso papel na sociedade.

Sras. e Srs. Congressistas, senhoras e senhores convidados, senhoras homenageadas, ao longo de 2004, celebraremos no Brasil o Ano Nacional da Mulher, que abrirá espaço para que possamos refletir com maior profundidade sobre nossas conquistas nas últimas décadas e avançar ainda mais na caminhada em busca de melhores condições de vida para todas as brasileiras.

As vitórias obtidas até agora não são desprezíveis. Representamos mais da metade da população brasileira e mais de 40% da força de trabalho do País. Ocupamos postos na política, nas empresas, nas fábricas, no campo, no setor de serviços, nas universidades e nas mais diversas atividades culturais. Precisamos, entretanto, percorrer longa trilha para alcançarmos a igualdade entre homens e mulheres. Não posso enveredar para um lugar comum, mas é necessário insistir na defesa e no alerta de alguns pontos fundamentais.

Nunca é demais lembrar que do total de trabalhadoras brasileiras 40% ainda ocupam posições precárias no mercado de trabalho. As mulheres são maioria nos subempregos e no setor informal da economia, especialmente na categoria de empregadas domésticas. E é preciso ressaltar também que a distância salarial entre mulheres e homens persiste em pleno século XXI.

Um recente levantamento do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), realizado a partir dos balanços sociais de 212 companhias brasileiras, revelou que, de cada 100 cargos de chefia nas empresas, apenas 17% são preenchidos por mulheres.

Temos de reconhecer que a nossa presença em universo tão masculino como o da política ainda é impactante. Nós, mulheres, entramos nesse cenário usando “terno e gravata”. Mas estamos conseguindo, aos poucos, imprimir no dia-a-dia da vida pública nacional uma nova maneira de agir, enfatizando as nossas

diferenças e colocando o nosso olhar, o nosso jeito e o nosso ritmo de trabalho. E, assim, surge a nossa identidade feminina nesse campo.

Registro a importância de lutarmos contra problemas que ainda atormentam milhões de mulheres no Brasil e no mundo. Um deles é a violência doméstica. Digo isso porque, ao lado de tantas outras Parlamentares, estou tendo a oportunidade de presidir a CPI que investiga as redes de violência contra crianças e adolescentes do nosso País. Lembro que mais de 90% dessas vítimas são meninas.

No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é espancada e a cada 12 segundos é vítima de ameaça. E o pior é que, em quase todos os casos, mais da metade das mulheres não pede auxílio. Infelizmente, o machismo, o medo e a impunidade ainda dão as cartas quando o assunto é a violência contra mulheres e crianças. Precisamos romper, urgentemente, essas barreiras, trabalhando, por exemplo, na ampliação do número de delegacias especializadas no atendimento às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

Outro problema que merece a nossa atenção é a mortalidade materna, que afeta milhões de mulheres no mundo inteiro. A cada minuto, uma mulher morre vítima de complicações durante a gravidez ou o parto. De acordo com dados veiculados pela ONG brasileira Rede Feminista de Saúde, 95% dos óbitos maternos mundiais ocorrem em países em desenvolvimento e 98% dessas mortes poderiam ser evitadas.

O Brasil se comprometeu, na década de 1990, a reduzir pela metade a mortalidade materna. Mas a taxa de 68,9 mortes de mulheres em cada 100 mil crianças nascidas vivas registrada em 1980 caiu apenas para 58,5 por 100 mil em 1998.

Há um agravante nesse panorama. Segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Mortalidade Materna, concluído em 2001, esses dados podem estar subestimados. Isso porque os registros e o acompanhamento de mortes durante a gravidez, o parto e o pós-parto no Brasil ainda são incipientes. Especialistas estimam que a taxa no nosso País seja de 130 mortes de mulheres para cada 100 mil nascidas vivas.

Para reverter esse quadro, precisamos, sobretudo, melhorar a qualidade do atendimento no pré-natal, no parto e no pós-parto. O desafio é grande. Lamentavelmente, existe um número considerável de brasileiras que nem sequer passam por essa assistência.

De acordo com dados do UNICEF, 32% das mulheres que vivem em áreas rurais não realizam ne-

nhum controle pré-natal. Além disso, somente 10 Estados brasileiros alcançam a meta de 50% das mulheres grávidas que realizam pelo menos as 6 visitas ao médico durante a gravidez - percentual recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

Sras. e Srs. Parlamentares, não podemos mais assistir passivamente à morte de milhares de brasileiras vítimas de problemas facilmente evitáveis. Portanto, está mais do que na hora de o Brasil assumir uma postura firme no combate a questões como a violência doméstica e a mortalidade materna. Quero aqui parabenizar a todas essas mulheres que recebem esta homenagem tão justa e peço licença para saudá-las em nome de Mônica Barroso, minha conterrânea cearense.

Que este dia seja de reflexão e mobilização. Que possamos, aqui e agora, reforçar o desejo de vivermos numa sociedade justa e digna, onde homens e mulheres, refazendo a história do Brasil, possam viver e lutar juntos pela paz.

Neste momento de reflexão, é preciso dar oportunidade de mudarmos a realidade não apenas no eixo investigatório a que a CPI se tem dedicado, ou no eixo das políticas públicas. Muito mais do que isso, é preciso haver mudança cultural e da mentalidade que ainda faz, em nosso País, com que pessoas imaginem que a violência que se pratica contra mulheres, crianças e adolescentes é comum e não deve ser tratada.

Muitas vezes, essa violência permanece no silêncio dos lares e das famílias. Em pleno século XXI, crianças e mulheres, que tantas e tantas vezes são violentadas, maltratadas, espancadas, calam-se diante de sua dor, por medo e preconceito de uma sociedade ainda tão machista.

Portanto, além das políticas públicas e dos recursos necessários, é preciso lutar por uma sociedade mais justa, onde homens e mulheres de bem possam viver em paz.

Não quero ser repetitiva, pois tantas mulheres já falaram anteriormente aqui, mas expresso o nosso pensamento, aquilo com que sonhamos e em que acreditamos.

Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, homenageio todas as mulheres – as simples, as humildes, as que conseguiram se destacar em suas profissões. Como disse, peço permissão para saudar todas elas em nome de uma companheira, uma amiga, uma mulher que orgulha todo o meu Estado, o Ceará: a defensora pública Dra. Mônica Barroso, que se tem dedicado à causa e à luta das mulheres. (*Palmas.*)

Muitas vezes, em silêncio e na sua meiguice, e tantas outras vezes com sua bravura, com sua determinação, Dra. Mônica Barroso é orgulho para todos nós, cearenses, homens e mulheres. Além do mais, ela é do meu partido, o PPS.

Portanto, Dra. Mônica Barroso, receba o abraço de todos os cearenses, o orgulho de todos nós, a minha grande alegria de estar hoje nesta Casa, no meu primeiro ano de mandato, para fazer esta homenagem tão merecida – e certamente muitas outras a senhora ainda vai receber não só dos cearenses, mas de todos os brasileiros. Receba um grande beijo em seu coração e um muito obrigado de todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Com a palavra, por 3 minutos, a Senadora Ideli Salvatti, Líder da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, quero saudar as componentes da Mesa e todos aqueles que ainda estão prestigiando esta sessão tão importante. Esta sessão realiza-se com a presença de mulheres com expressão significativa na vida política. Tivemos aqui a presença de Ministras, Senadoras, Deputadas, ex-Governadoras, mulheres com expressão na política, com expressão acadêmica, profissionais em diversas áreas da nossa sociedade. Isso está bastante visível não só na composição da Mesa, mas também em nossas agraciadas, as homenageadas com o Prêmio Bertha Lutz.

Nós temos essa visibilidade, somos todas visíveis, apesar de não podermos usar muito a expressão “mulheres públicas”, porque em nosso caso não pega bem, infelizmente. “Homem público” é ótimo; “mulher pública” já fica um pouco estranho. Mas todas nós que temos essa visibilidade, na área política, profissional, acadêmica ou nas diversas esferas da sociedade, temos uma responsabilidade a mais, porque somos o rosto e a expressão de milhões e milhões de mulheres que não têm rosto, representatividade, valorização, espaço, identidade e oportunidade.

Todas esses milhões e milhões de mulheres que nos vêm colocam na nossa pessoa uma expectativa. Por isso, além de todas as responsabilidades que temos, nos papéis que assumimos e que nos permitem inclusive participar desta sessão, em que tantas mulheres representativas presentes são homenageadas, a responsabilidade de ser a expectativa ambulante para milhões de outras mulheres nos dá a necessidade de refletir. No dia de hoje, estamos dando conta efetiva de ser para esses milhões de mulheres

aquela injeção de ânimo, coragem, estímulo para que possam enfrentar os desafios e superá-los?

Nesta sessão do Dia Internacional da Mulher, que está sendo provavelmente transmitida pelas nossas TVs do Senado e da Câmara e acaba tendo um direcionamento para um determinado público, não para a totalidade da população, acho que a reflexão que temos que fazer profundamente é se nós estamos dando conta, porque, além de dar conta dos nossos mandatos, das nossas profissões, das nossas vidas acadêmicas, das funções que adotamos e conquistamos, temos ainda que dar conta de continuar sendo esta expectativa ambulante animadora, incentivadora para milhões e milhões de outras mulheres.

Minha mãe, Helena, que me ensinou a não levar desaforo para casa, tem-me acompanhado. Quero aqui homenageá-la, porque quando me ensinou a não levar desaforo para casa acho que nunca imaginava que eu viesse assumir o posto que ocupo hoje, de Líder da bancada do partido do Presidente da República.

A Senadora Serys Slhessarenko, minha companheira aqui dentro, sabe que muitas vezes temos que engolir em seco, porque nos discursos, nas observações estão embutidos o preconceito e a tentativa permanente de desqualificação. Todas as mulheres que ocupam postos de destaque sabem do que estou falando.

Como não gostamos de levar desaforo para casa – acho que a grande maioria das que estão aqui não gostam, por isso conseguimos chegar aonde chegamos -, quero propor o desafio de tornar essa expectativa ambulante incentivo, ânimo e coragem. Não se trata de as mulheres não levarem desaforo para casa, mas de todas as mulheres do nosso País e do nosso planeta tirarem o desaforo de casa, do local de trabalho, de todos os espaços onde somos permanentemente agredidas e discriminadas. Com esse exemplo, espero que consigamos dar ânimo para que o desaforo contra as mulheres seja eliminado para sempre.

As estatísticas são assustadoras. A Anistia Internacional apresentou os dados: de cada 3 mulheres, uma sofreu algum tipo de violência, física, sexual ou discriminatória. Portanto, de cada 3 mulheres, uma precisa tirar o desaforo do seu cotidiano, da sua vida.

Que sejamos essa expectativa ambulante de eliminar o desaforo contra todas nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Convido a Deputada Selma Schons para assumir a presidência dos trabalhos desta sessão e a Deputada Fátima Bezerra para fazer parte da Mesa.

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Selma Schons.

A SRA. PRESIDENTA (Selma Schons) – Concedo a palavra à Deputada Suely Campos, por 3 minutos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Selma Schons, representante da classe das Deputadas que muito nos honra, gostaria de cumprimentar a Senadora Serys Slhessarenko e demais Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados presentes, convidadas e homenageadas e dizer que foram justas as homenagens prestadas nesta bela solenidade.

Destacamos aqui homenagem feita à ex-Delegada Maria Gleyde Martins Costa, do meu Estado, Roraima. S.Sa. prestou muitos serviços em defesa da mulher intimidada, o que muito nos orgulha. Parabéns pela homenagem.

É fato que o grau de avanço de uma democracia e a riqueza de uma nação são proporcionais às oportunidades que as mulheres têm de ocupar cargos de poder.

Pois bem. Embora o momento político na grande maioria dos países das Américas seja dotado de democracias relativamente recentes, constata-se que o índice de participação das mulheres na política é superior ao nível de desenvolvimento econômico.

Em nosso País as mulheres constituem mais de 50% da população. Aos poucos, o até então conhecido por alguns como “sexo frágil” demonstra sua força e ocupando seus espaços.

Se revivermos a história, veremos que, em 1932, as mulheres lutavam pelo direito ao voto. No pleito de outubro de 2000, 70.321 mulheres disputaram as 60.287 cadeiras de Vereadora em todo o Brasil – mais que o dobro das eleições de 1996, quando concorreram 33.343 mulheres. O resultado aí está: 7.001 mulheres estão prestando relevantes serviços à municipalidade, o que ainda é muito pouco.

As mulheres também estão administrando 314 Municípios brasileiros, dos quais 6 Capitais: São Paulo, Boa Vista, Palmas, Maceió, Natal e Florianópolis. Há também duas Governadoras, uma no Estado do Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Norte. No Senado, as mulheres têm 9 cadeiras; na Câmara Fe-

deral, somos 44, algumas com seus trabalhos reconhecidos nacionalmente.

Somos também integrantes do Ministério do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez na história brasileira várias mulheres brancas e negras participam da composição do primeiro escalaõ.

É inegável que nas eleições de 2002 houve um crescimento significativo da participação das mulheres no Parlamento, mas os dados mostram que essa participação política ainda está bastante longe de uma situação de igualdade.

Parece que os efeitos da Lei de Cotas, aprovada em 1995, baseada na estratégia da “ação afirmativa” que é também reconhecida pela Organização das Nações Unidas, começam agora a se fazer sentir no Brasil. Mas ainda há um longo caminho por trilhar para que haja, de fato, repito, igualdade de oportunidades para as mulheres.

Quero registrar uma pesquisa do Instituto Gallup, que entrevistou 2.022 pessoas de ambos os sexos e apontou que a maioria dos brasileiros, argentinos, colombianos, mexicanos e salvadorenhos acredita que seus países estariam mais bem governados se mais mulheres ocupassem cargos públicos. Que me desculpem os homens.

A pesquisa mostra também que, nesses 5 países, a maior parte das pessoas acredita que as mulheres são mais eficientes que os homens para conduzir questões como redução da pobreza, combate à corrupção, melhorias na educação, proteção ambiental, relações diplomáticas e até mesmo a política econômica.

Como este é um ano de eleições municipais, quero me dirigir a todas as mulheres brasileiras para pedir a elas que deixem aflorar sem medo essa vontade de participar da vida política brasileira. A política é um extraordinário instrumento para fazermos as mudanças para o bem. Precisamos equilibrar a participação da mulher no Parlamento. Vamos sonhar e lutar para alcançarmos 30%, 40%, 50% das cadeiras do Congresso Nacional, pois unidas saberemos fazer um País melhor para todos nós, brasileiros.

Para concluir, Sra. Presidenta, gostaria de destacar um poema sobre a mulher, inserido no manual da Campanha da Fraternidade em 1990:

*“Mulher
No teu ser, o encanto do ser...
A vida, tua história,
Marcada pelo desejo de ser
Simplesmente mulher.”*

*Em teu corpo carregas,
Como ninguém,
O segredo da vida!
Na tua história a mancha da indiferença,
Da discriminação, da opressão...
Em você o amor mais lindo,
A beleza mais transparente,
O afeto mais puro,
Em formar um novo ser”.*

Infelizmente, o meu tempo se esgotou, mas quero abraçar mais uma vez todas as brasileiras, especialmente a mulher progressista brasileira, que desempenha um papel muito interessante no Partido Progressista.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Selma Schons) – Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM). Sem revisão da oradora.) Sra. Presidente, Deputada Selma Schons; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; companheiras e companheiros, serei breve em decorrência não só do adiantado da hora, mas também da série de discursos pronunciados desta tribuna retratando não só a situação da mulher na sociedade, mas também fazendo um retrospecto do que tem sido a trajetória histórica de sua luta em busca dos seus direitos para ocupar o lugar que lhes é devido na sociedade brasileira e do mundo inteiro.

Apenas não poderia, neste dia, deixar de vir à tribuna não para prestar minha homenagem às mulheres, mas também trazer aqui uma palavra de reforço da necessidade da nossa organização, do fortalecimento das nossas entidades feministas que, sem dúvida nenhuma, Sra. Presidenta, junto com outras entidades que representam a sociedade civil organizada, têm sido os grandes atores e atrizes, os grandes responsáveis pelas conquistas dos direitos que temos obtido nos últimos tempos.

Em primeiro lugar, lembro que no mundo existem poucas datas comemorativas comuns. E uma dessas poucas datas comemoradas simultaneamente em quase todos os países do mundo é o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Primeiro, porque a discriminação contra a mulher não ocorre só no Brasil, mas também, infelizmente, na maior parte dos países do mundo. A discriminação de gênero caminha lado a lado com a própria discriminação de classe. Não conseguiremos, sem dúvida nenhuma, diminuir o nível de opressão que ainda abate a maior parte das mulheres no Brasil e no mun-

do se não modificarmos a sociedade, se não iniciarmos um processo de construção de uma sociedade mais justa, onde as pessoas sejam admiradas não pelo tamanho da sua fortuna ou pelo seu poder aquisitivo, mas pela sua capacidade, pelo seu nível de honestidade. Sra. Presidenta, essa é exatamente a luta que todas nós, mulheres brasileiras, travamos no mundo inteiro.

Em segundo lugar, no Congresso Nacional temos nos dedicado muito, não só Parlamentares mulheres, mas homens também, a melhorar a legislação brasileira no que diz respeito aos direitos da mulher. Entretanto, o maior problema do nosso País não é de legislação. Não são as leis que permitem que a discriminação aconteça. O maior problema é o cultural, e este não se muda por decreto nenhum, muito menos por lei. É algo que se muda aos poucos com o processo de educação, de formação da sociedade.

Então, no Dia Internacional da Mulher, Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Senadoras, penso que, além de falar da necessidade de melhorar a legislação, precisamos falar também da necessidade de a mulher olhar para si própria e ver que muitas vezes é ela que manifesta as atitudes machistas. Enfim, precisamos entender que filhos meninas precisam ser criados da mesma forma que filhos meninos, sem qualquer diferença, para que elas não venham a se manifestar no futuro.

Encerro minha participação muito breve, Sra. Presidenta, homenageando, parabenizando todas as companheiras mulheres que receberam o reconhecimento desta Casa. Cumprimento a todas na pessoa da companheira Schumaher, que, sem dúvida alguma, tem ajudado muito na valorização e no desenvolvimento do movimento das mulheres brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Selma Schons) – Convido para compor a Mesa a Sra. Maria Gleyde Costa, mais uma de nossas homenageadas.

A SRA. PRESIDENTA (Selma Schons) – Concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, não há desculpas para a exploração do nosso trabalho, nosso corpo, nossa vida. As mulheres não precisam ter paciência. Já esperamos demais e queremos mudança agora. Queremos políticas econômicas que não sejam indiferentes ao desemprego das mulheres ou à fome que muitas de nós passamos para sustentar sozinhas nossas famílias.

Também não há desculpas para nos pagarem menos do que aos homens por qualquer serviço. O rendimento das mulheres foi 35% inferior ao dos homens, segundo dados do DIEESE de 2001.

Não há desculpas para o estupro, nem para a piada, nem para a mão boba, para a ameaça, para pancada, nem para o insulto. A violência sofrida pelas mulheres se expressa de inúmeras formas em todos os espaços por ela ocupados.

Nada justifica que a miséria de muitos sustente o luxo de poucos. Nada justifica o crescimento da indústria da prostituição, do turismo sexual e do tráfico de mulheres, que prospera, cultivando desigualdades de gênero, raça e classe. Nada justifica que a propaganda nos imponha padrões de beleza, exponha nossos corpos e seqüestre nosso desejo para vender mentiras.

Sra. Presidenta, quero rapidamente dizer que o dia 8 de março marca, na verdade, mais um início de jornada de lutas por este País afora. Ainda ontem, em Natal, Capital do meu Estado, pude participar de diversas atividades promovidas por partidos políticos e por entidades como o Fórum Estadual de Mulheres e a Marcha Mundial das Mulheres.

Minha cara Schumaher, foi muito prazeroso ver, em Natal, as mulheres nas ruas mais uma vez empunhando suas bandeiras, pedindo políticas públicas de boa qualidade, chamando a atenção para a discussão da reforma política que tramita no Congresso.

Queremos ressaltar que na verdade a definição de políticas públicas de qualidade, para atender inclusiva às peculiaridades das mulheres, passa pela discussão sobre mudanças na política econômica, que precisamos fazer.

Tenho dito que nós, mulheres, este ano, mais do que nunca, estamos sendo muito desafiadas. Além de estarmos vivendo um novo contexto no Governo Lula, este Congresso decretou 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Isso impõe à bancada feminina um grande desafio: fazer com que a produção legislativa da Casa afirme cada vez mais os direitos da mulher nas áreas de trabalho, saúde, educação, segurança. Impõe-nos também o desafio de participar da discussão da reforma política, sim. Ao que tudo indica, ela será votada ainda este ano.

Não podemos ficar alheias, de maneira nenhuma, a essa temática, quando sabemos o quanto ainda está distante a nossa participação nos Legislativos, tendo em vista a representação que exercemos na sociedade brasileira.

Queremos, ainda, chamar a atenção para a criação, pelo Governo Lula, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Essa iniciativa sinalizou para a sociedade brasileira, especialmente para os movimentos organizados e para as mulheres, o compromisso governamental de desenvolver uma política que tenha o olhar de gênero. O Governo Lula está nos chamando, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para a Conferência Nacional, que vai se realizar em junho. Precederão este evento as Conferências Municipais e as Conferências Estaduais. E é muito importante que nós, mulheres, por este Brasil afora, participemos deste momento. Temos um cenário que nos possibilitará avançar, de fato, na luta pela igualdade de oportunidades e pela igualdade de direitos.

Portanto, Sra. Presidenta, gostaria de mandar um grande abraço para todas as mulheres, para as mulheres do meu Estado. E homenageio especialmente essa grande lutadora, por quem o Brasil inteiro – não apenas eu – e o meu Estado, em particular, têm um carinho e uma admiração muito grandes, que é a companheira Schumaher, por sua contribuição valiosa à luta das mulheres por este Brasil afora. Através dela, homenageio todas as agraciadas nesta sessão e todas as mulheres.

Obrigada, Sra. Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Selma Schons) – Como estou inscrita para falar, passo a presidência desta sessão em homenagem às mulheres à Deputada Mariângela Duarte.

A Sra. Selma Schons, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Mariângela Duarte.

A SRA. PRESIDENTA (Mariângela Duarte) – Concede a palavra à Sra. Deputada Selma Schons.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidenta. Neste dia, neste horário, é mais difícil registrarmos questões que possam ser especiais, uma vez que já fomos agraciadas com tantos pronunciamentos lindos, nessa manhã e durante todos esses dias em nossos Estados, nas caminhadas que fizemos.

É interessante registrarmos este momento histórico-político especial, quando percebemos que a sociedade caminha a passos largos na percepção de que o preconceito contra a mulher não deverá mais existir e de que estamos avançando na conquista dos nossos direitos.

Gostaria especialmente de registrar, no dia de hoje, um cenário triste, quando 129 mulheres foram

queimadas vivas. Percebemos que ainda hoje, em pleno século XXI, as mulheres continuam sendo queimadas em suas almas quando recebem proporcionalmente menos do que os companheiros homens. São queimadas em suas almas quando percebem que a estatística da violência está altíssima. Percebemos que ainda somos queimadas em nossas almas quando no recinto do lar vemos muita violência, mesmo que seja por meio de palavras depreciativas contra a mulher, especialmente diante dos filhos ou das filhas. É contra isso que temos de lutar. Não podemos mais ser coniventes com isso.

Hoje, dia em que abrimos o Ano Nacional da Mulher, registro a relação da mulher com a água. Culturalmente, vem sendo apresentada a ela a sua responsabilidade com a provisão da água em suas casas.

Sabiamente, a Igreja definiu a questão da defesa da água como sendo a defesa da vida. Que a mulher também se inscreva nesse exercício, a fim de que tenhamos sempre água com qualidade. Não é mais possível essa estatística de que três quartos das internações hospitalares são provenientes do pouco acesso à água saudável. Este é mais um desafio. Por isso, conclamo a mulher brasileira a trabalhar no sentido de assegurar que a água de qualidade continue sendo um patrimônio público garantido a todos os seres humanos.

Outro desafio que nos é lançado diz respeito à construção de Conselhos nos Municípios. A organização das mulheres é importante para avançarmos na questão do direito como cidadãs. O desafio é que esses Conselhos façam parte da nossa trajetória neste ano, especialmente.

Saudo todas as mulheres homenageadas neste dia, especialmente as do meu Estado, o Paraná.

Muito obrigada, Sra. Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Mariângela Duarte) – Parabéns, Deputada Selma Schons.

A SRA. PRESIDENTA (Mariângela Duarte) – Com a palavra nossa colega Deputada Maria Helena, para homenagear as mulheres do Brasil, em especial as do Estado de Roraima.

A SRA. MARIA HELENA (PPS – RR. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras homenageadas, inicio prestando uma homenagem e mandando meu abraço fraterno a todas as mulheres de Roraima, meu Estado, por intermédio da Sra. Neusa Pinheiro, uma mulher que sempre se destacou na sociedade roraimense.

As conquistas das mulheres nas mais diversas áreas de nossa sociedade são fruto de um esforço diário e incessante em busca de melhores condições de vida para si e para os seus. E é no dia 8 de março que pausamos para contemplar os resultados do trabalho conjunto de todas as mulheres que dedicam seu tempo e seus talentos para garantir a suas semelhantes o direito de usufruir plenamente de sua cidadania.

Este é o momento de fazermos o inventário das conquistas femininas dentro da sociedade, seja aqui no Brasil, seja no mundo. Ao olharmos para trás, podemos ver que a situação da mulher evoluiu significativamente em comparação a algumas décadas atrás. A conquista do direito ao voto, do acesso ao mercado de trabalho, de uma maior liberdade sexual e de paridade na legislação em relação aos homens é apenas o começo de uma sucessão de vitórias que estão por vir.

O Dia Internacional da Mulher tornou-se um marco na história feminina, pois é a data em que nos unimos para traçar as diretrizes que devem nortear nossas ações futuras. Como membros desta Casa do Congresso Nacional, temos a oportunidade e a responsabilidade de mudarmos os rumos da história feminina, abrindo caminho para que as mulheres brasileiras possam assumir a direção do seu destino e do destino de todos, sem hegemonias, sem lideranças exclusivistas, mas, sim, participando dessa imensa luta, comum a homens e mulheres, que é conquistar uma sociedade justa, verdadeiramente fraterna, solidária, em que a mulher não seja mais oprimida, discriminada ou tratada de forma desigual.

Foram-se os tempos em que o processo decisório cabia exclusivamente ao homem. E, neste ano de 2004, em que se comemora o Ano da Mulher Brasileira, há muito que ser feito em prol da população feminina em nosso País. A criação da Comissão Especial da Mulher e a apreciação de projetos relacionados à problemática feminina permitem que abordemos temas como o acesso a serviços de saúde, à educação e ao mercado de trabalho de forma pontual, garantindo às mulheres o respeito e o reconhecimento que tanto merecem.

Chegar à superfície da sociedade abandonando aquele mergulho sombrio de muitos séculos, essa nossa contribuição, a contribuição feminina para que o social fosse se tornando mais equânime. Sabemos o que tivemos de vencer e conhecemos os desafios que ainda teremos de enfrentar. E venceremos. Não uma vitória a se transformar em mera medalha pendurada numa fita, mas, sim, aquela que é levar nos-

sos pares, nossos companheiros, nossos filhos a caminhos mais harmoniosos, garantindo a nós mesmos que a paz e a compreensão entre todos os povos é possível. Necessária e possível, vale concluir.

Costuma-se dizer que legislação, pelo menos aqui no Brasil, se faz mais favorável aos direitos da mulher. Não queremos desconhecer esse fato, mas vale lembrar que a lei é a codificação do costume. Assim, ao entender, nossos legisladores, que os direitos femininos têm de ser garantidos e ampliados, nada mais fazem a não ser refletir o comportamento, o costume social, inteiramente modificado, nos dias que correm, exatamente pela participação feminina no processo decisório, participação essa que, apesar de reduzida, vem crescendo lentamente.

As leis existem, é certo, e, embora sejam a cada dia menos opressoras frente ao universo feminino, ainda temos muito o que conquistar. Mas é preciso entender que elas vieram a ser consolidadas diante da ação decisiva da mulher na defesa de seus direitos que, afinal, são os direitos de toda a cidadania. A mulher, com suas reivindicações, não compõe uma luta à parte, mas, sim, pertence à luta comum, de todos nós, por uma sociedade na qual predominem a justiça e a fraternidade.

O grande mérito da mulher é sua capacidade de doação. É nesse simples gesto que se constróem os alicerces para uma sociedade mais justa e equânime. A luta da mulher não é isolada, muito pelo contrário, ela se fortalece à medida que incorpora os anseios e as necessidades de outros grupos minoritários. E é essa interação com o contexto que garante êxito às empreitadas femininas.

Essas homenagens, portanto, são nosso preito de gratidão a todas aquelas grandes lideranças que, em nossa história, levantaram a bandeira do feminismo – que não significa, em hipótese alguma, exclusivismo – e fizeram da ação conjunta, de homens e mulheres, a defesa intransigente de um mundo de paz e progresso.

Cumprimento todas as homenageadas neste dia, a advogada Mônica Barroso, Defensora Pública do Estado do Ceará, membro do Diretório do PPS, e em especial a advogada Maria Gleyde Costa, pelo seu trabalho em defesa de mulheres e crianças vítimas de violência no Estado de Roraima.

Sra. Presidenta, quero lembrar uma mulher que, no curto período em que esteve entre nós neste Parlamento, destacou-se pela luta em defesa dos direitos da mulher: nossa companheira Francisca Trindade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Mariângela Duarte) – Após o pronunciamento da querida companheira Deputada Maria Helena, que prestou homenagem à colega Francisca Trindade, falecida em 2003, convido a assumir a direção dos trabalhos a Deputada Luciana Genro, jovem revolucionária, uma vez que sou a próxima inscrita para falar.

A Sra. Mariângela Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Luciana Genro.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Com muita honra, passo a palavra à companheira, professora, educadora e lutadora Mariângela Duarte, do PT de São Paulo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, gostaria de homenagear Maria Gleyde Martins Costa, que aqui representa um *pool* de mulheres históricas do meu Estado; Zuleika Alambert e Maria Aparecida Schumaher, grandes batalhadoras – Zuleika, por ter tido a coragem de ser Parlamentar há quase 40 anos, e Maria Aparecida Schumaher, por ter representado todos os movimentos de mulheres, como o SOS Mulheres de São Paulo.

A jovem Deputada Luciana Genro, que vem dos pampas, e a Deputada Maria Helena, que vem de Roraima, sabem que nesses extremos se dá a realidade do Brasil. Estou neste plenário há mais de 3 horas e fiz questão de ocupar a tribuna para dizer que nada justifica a mortalidade materna no Brasil. Nada é mais simbólico e emblemático da dor que nos fere e da violência que nos assola do que a mortalidade materna. Fico extremamente contente de ver que o Governo Lula ataca esse problema porque é inconcebível que a cada 100.000 crianças vivas 74 mulheres morram durante o parto no Brasil. O número deve ser ainda maior. Tratase de um dos indicadores mais perversos da realidade da mulher, que morre exatamente quando dá à luz uma vida. Nós somos campeões mundiais em mortes de mulheres no parto, mesmo em relação a países que detêm piores condições do que o nosso.

Sra. Presidenta, não se justifica a violência praticada contra a mãe adolescente, essa pequena e jovem mulher que se torna mãe e é expulsa da família e da sociedade e que, assim, fica sem abrigo para si e para a criança. Quantas vezes tentei aprovar projetos específicos para a proteção da menina-mãe adolescente, na Assembléia de São Paulo, sistematicamente rejeitados?

Também não se justifica sermos ainda tão poucas nas mesas de decisão e nos fóruns políticos do País. Somos apenas 43 Deputadas Federais num universo de 513 Parlamentares. É muito pouco. Temos 10 ou 11 Senadoras e algumas Deputadas Estaduais na Assembléia Legislativa de São Paulo. O que é isso diante do universo político do País?

Quando depende de seu próprio esforço, a mulher desdobra-se para fazer carreira, atravessa mardugadas estudando para passar nos concursos, não há força contrária. Mas quando se trata de acessar o poder há, sim, discriminação. Aí somos excluídas.

É bom que as mulheres não tenham medo do poder, porque a minha geração está envelhecendo. Minha geração desde o berço precisou ter consciência política, porque enfrentou a ditadura. Como faremos com as novas gerações? É chegado o momento de passar o bastão. Se pudesse, mais eu falaria na representação dessas mulheres.

Homenageio a querida Irmã Dolores. Homenageio também a Irmã Dulce, da Baixada Santista. Trata-se de uma mulher cujo nome tomei a iniciativa de indicar, fazendo eco ao movimentos de mulheres da Baixada Santista, para o Prêmio Nobel da Paz, uma das 35 mulheres da cota de indicação brasileira dentre as 1.000 que concorrerão.

Lembro Adélia Prado, que lá das Alterosas, do solo ferruginoso de Diamantina, em Minas, brindou-nos com a melhor definição de mulher que já encontrei. Ela fez, em um poema, uma paródia ao seu conterrâneo e grande poeta Carlos Drummond de Andrade. Se não entendermos a paródia, não entenderemos o alcance do poema. Não vou recitá-lo inteiro, mas em trechos.

Começa assim:

*“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta,
anunciou: vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher (...)
Não sou feia que não possa casar (...)
Ora sim, ora não, creio em parto sem
dor.”*

*Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.*

*Vai ser coxo na vida – neste ponto, a
autora faz uma sonorização com o gauche,
do Drummond -*

*é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou”.*

Eu nunca havia encontrado nada que definisse tão bem a mulher: “*Mulher é desdобрável. Eu sou*”.

Na nossa representação parlamentar, olhamos pelas mulheres anônimas, excluídas, maltratadas e violentadas. É inconcebível que a anistia venha a revelar, depois de tantas conquistas, tão árdua trajetória das mulheres. Nossa tarefa não está concluída. É preciso que as jovens mulheres ocupem os Parlamentos, as mesas de decisão, as cortes do Judiciário, as universidades, para mudar este País, buscar permanentemente a justiça, igualdade e fraternidade.

Portanto, parabenizo todas as mulheres do Brasil, em especial as caiçaras e as litorâneas, as iemanjás, todas aquelas pertencentes à região que represento no Congresso Nacional.

Parabéns a nós, mulheres, por nossa têmpera, garra, coragem e perseverança. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Concedo a palavra à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA). Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, é com muita satisfação e alegria que venho hoje à tribuna para comemorar, não apenas com as mulheres brasileiras, este dia que, para nós, é muito importante, pois nos últimos 30 anos conseguimos avanços em nossas lutas neste País.

Sabemos que foi a partir dos movimentos feministas, de igrejas e sindicais que conseguimos mudar a sociedade e o rumo da história.

Acredito que a mulher brasileira, neste 8 de março, tem muito a comemorar. Já conseguimos inserir na Constituição de 1988 reivindicações que hoje já estão nos beneficiando. Apesar dos avanços, ainda é longo o caminho a trilhar.

Apesar de sermos hoje a maioria da população, dos eleitores, de ocuparmos a maior parte das vagas nas universidades e mais de 40% dos postos de trabalho no País, ainda sofremos muitas discriminações, o que nos fere amarga e duramente.

A violência contra a mulher, seja sexual, seja doméstica, é uma chaga para a qual este Congresso não pode de forma alguma fechar os olhos. Nós, mulheres, precisamos mobilizar esta Casa para, juntamente com as instituições e a sociedade civil, fazermos neste ano em que foi instituído o Ano Nacional da Mulher grande debate no País acerca da violência e do preconceito de que ainda somos vítimas.

Assim, há um grande caminho a trilhar, e acredito que, neste ano, teremos espaço para aprofundar o debate. Juntamente com toda a sociedade, vamos

mostrar a situação que estamos vivendo neste momento.

Aproveito a oportunidade para prestar homenagem a todas as mulheres brasileiras, em especial as maranhenses. De todas as mulheres, as maranhenses são as mais sacrificadas, sofredoras, discriminadas, porque o Maranhão é o Estado que ostenta no Brasil os piores indicadores sociais. E sabemos que a mulher é a que mais sofre os efeitos dessa crise. Ela que tem de ajudar o marido a esticar o pouco salário que consegue levar para casa para sustentar uma família de 5, 6 ou 8 pessoas. Também é a mulher, nos momentos de crise, quem primeiro perde o emprego. Portanto, temos de realizar grande debate nesse sentido.

Destaco ainda que, ontem, na minha cidade de Imperatriz, no Maranhão, participei de inúmeras atividades e manifestações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. E uma delas me marcou profundamente: a atividade das trabalhadoras rurais, que estão lutando pela reforma agrária, por um pedaço de terra.

E uma companheira, a trabalhadora rural Maria Célia, impressionou-me sobremaneira com sua fala, por intermédio da qual enviava recado ao Presidente Lula. Ela dizia: “*Presidente, nós somos Governo Lula. Nós apoiamos o seu Governo. Mas nós estamos aqui, debaixo da lona e, agora, no inverno, debaixo da chuva, esperando que a reforma agrária seja feita. Nós não queremos entrar no Fome Zero. Nós queremos é terra para dela tirar o sustento das nossas famílias*”.

É esse tipo de reivindicação, de organização e de mobilização que a mulher brasileira faz neste momento.

Nós, mulheres, estamos vivendo momento especial de nossas vidas. Há problemas? Bastantes. Tenho certeza de que a nossa organização e determinação vão fazer com que esse cenário mude num espaço de tempo muito curto.

E o que queremos, na verdade, é construir um Brasil para homens e mulheres. É o nosso desejo. É por isso que estamos lutando por igualdade. Sabendo respeitar as diferenças, queremos igualdade. Acredito, Sra. Presidenta, que as mulheres brasileiras, apesar de estarem em muitos locais, de no Congresso serem tão poucas ainda, num curíssimo tempo estarão ocupando todos os espaços.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Obrigada, Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Deputada Terezinha Fernandes, peço a V.Exa. que assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa fazer minha intervenção.

Posteriormente, usará da palavra o Senador Leonel Pavan. A seguir, encerraremos a sessão solene.

A Sra. Luciana Genro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Terezinha Fernandes.

A SRA. PRESIDENTA (Terezinha Fernandes) – Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido – RS. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Deputada Terezinha Fernandes, Sras. e Srs. Congressistas, senhoras e senhores convidados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão solene, ontem comemorou-se o Dia Internacional da Mulher.

Lamentavelmente, foi um dia em que se divulgaram várias estatísticas demonstrando que a mulher no Brasil e no mundo ainda sofre discriminação, e isso, embora seja absolutamente inaceitável, tem-se aprofundado nos últimos anos.

Essas estatísticas mostraram que o desemprego assola de forma ainda mais violenta as mulheres que os homens. Tivemos também notícia de que as mulheres ainda recebem salários mais baixos que os homens para exercerem as mesmas atividades.

Vemos, no dia-a-dia, que a pobreza, a discriminação e a exclusão social atingem extremamente o segmento feminino. Vemos milhares e milhares de mulheres chefes de família que sustentam os filhos sozinhas receberem salários inferiores aos de seus companheiros. Vemos mulheres perderem empregos porque podem engravidar ou não os conseguirem porque têm filhos, a quem elas devem dar atenção quando ficam doentes.

Acompanhamos a trajetória das mulheres que têm lutado em nossa sociedade contra essas discriminações. Temos conseguido inegáveis avanços. Há poucas décadas, não tínhamos sequer direito a voto. Uma feminista francesa chegou a ir para a guilhotina por defender o voto das mulheres.

Apesar desses avanços, a igualdade conquistada na lei, especialmente na Constituição de 1988, ainda está muito distante de tornar-se realidade. Está distante não apenas porque nossa sociedade é machista e discriminatória em relação às mulheres, mas também porque ela se assenta na exploração. E quanto mais cidadãos e cidadãs de segunda categoria existirem, melhor para o modelo de exploração, de discriminação, que é capitalista, especialmente na

atual fase neoliberal, em que o sistema financeiro internacional dita as regras e comanda as economias do mundo inteiro.

Milhares de mulheres acreditaram no Governo Lula como governo que encabeçaria essas mudanças, que seria o motor da retomada da soberania do País, das lutas sociais, que teria capacidade de enfrentar os interesses poderosos do imperialismo norte-americano, os grandes bancos, as elites, as oligarquias. Hoje, vemos este Governo submetido à mesma lógica dos governos que tanto lutamos para derrotar. O movimento feminista no Brasil colocou-se à frente dessa batalha para eleger Lula Presidente. Independentemente das cores partidárias, da simpatia pela candidatura Lula, era enorme a presença de mulheres militantes da causa feminista.

Infelizmente, não só as causas das mulheres como as da classe trabalhadora como um todo foram deixadas de lado. Não casualmente, a reforma agrária, necessária, não está sendo feita no País como desejávamos. Esta reforma agrária está se pautando, exclusivamente, na compra de terras e não no enfrentamento ao latifúndio e às oligarquias. É extremamente insuficiente, faz com que as mulheres trabalhadoras rurais continuem saindo às ruas para reivindicar seus direitos.

Ontem, mais uma vez, o movimento das trabalhadoras sem terra, no Brasil inteiro, realizou grandes manifestações exigindo reforma agrária, saúde e educação para a mulher no campo.

Não casualmente, presenciamos o País alimentando as estatísticas de mortalidade materna, de desemprego, de miséria, de arrocho salarial. E só há uma explicação: continuamos submetidos a esta lógica perversa de submissão aos interesses do capital financeiro internacional. O Presidente Lula, na semana passada, telefonou para o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para pedir-lhe auxílio, no sentido de que o FMI abrandasse um pouco as suas regras com relação ao Brasil. Pergunto: não se trata de humilhação muito grande?

Na minha opinião, e tenho certeza de que na opinião de muitos que votaram em Lula para Presidente, acreditando que ele teria a altitude e a coragem de se impor ao imperialismo norte-americano, é humilhante ver o Presidente pedir favor àquele que é o maior alvo dos povos no mundo, o Presidente George Bush. Encabeçou a guerra do Iraque, mentindo para a população mundial, fraudou as eleições em seu país, deu isenções de impostos aos ricos e impôs a todos os países a sua lógica econômica, as suas leis

de mercado, a lógica de submissão e de promoção dos interesses do grande capital.

Nós, mulheres e homens do Brasil, queremos resgatar a dignidade deste povo, mas esse resgate não se fará com programas como o Fome Zero. Conforme disse a agricultora maranhense citada pela Deputada Terezinha Fernandes, os trabalhadores, os pobres e os desempregados do Brasil não querem as migalhas que caem da mesa farta do banquete do capital financeiro internacional. O País, no ano passado, pagou 145 bilhões de reais de juros ao sistema financeiro internacional, aumentando ainda mais a nossa dívida social com o povo brasileiro e cortando recursos das áreas sociais.

Os brasileiros e as brasileiras, as mulheres negras, pobres, indígenas e desempregadas querem um país soberano, com desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Isso só poderemos alcançar enfrentando os responsáveis por esses interesses poderosos, os quais, lamentavelmente, hoje são os grandes aliados do Governo Lula.

Os partidos que sempre governaram este País e nos submeteram, homens e mulheres, a esta situação de tragédia social que o Brasil vive de modo cada vez mais profundo hoje são os grandes aliados do Governo Lula. Por coincidência, foram os Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Renan Calheiros os que estiveram ao lado de Fernando Collor e de Fernando Henrique, os que ajudaram o Governo Lula a enterrar a CPI para investigar as irregularidades do caso Diniz. A maioria da população brasileira queria a CPI, queria a investigação, queria abrir a caixa-preta que está por trás não apenas do jogo de bingo no Brasil, mas também do financiamento das campanhas eleitorais.

Quero finalizar meu pronunciamento homenageando uma mulher que simboliza a luta de muitas mulheres, as mulheres nordestinas, as mulheres pobres, as discriminadas, as que sofreram a vida inteira em busca de um lugar ao sol, mas, em sua grande maioria, não conseguiram. Quero homenagear a Senadora Heloísa Helena, que, juntamente comigo e com outras tantas milhares de mulheres pelo Brasil afora, está cavando um espaço de construção de um novo partido de esquerda, um partido que possa erguer bem alto as bandeiras da luta feminista, da luta das mulheres pobres, da luta por emprego, por salário, por dignidade, da luta pela ruptura com o FMI, pois apenas mudando este modelo econômico podemos dar dignidade às mulheres do nosso País e do mundo.

A Senadora Heloísa Helena, com suas lágrimas, emocionou o Brasil ao ser expulsa do Partido dos Trabalhadores, juntamente comigo, com o Deputado Babá, com o Deputado João Fontes e com muitos outros militantes do Partido dos Trabalhadores que também se sentiram expulsos.

A Senadora emocionou o Brasil com suas lágrimas e com suas palavras fortes, com sua firmeza e determinação. Quem sabe em 2006 será a primeira mulher candidata à Presidência da República do Brasil. Será não apenas a primeira mulher candidata à Presidência da República, mas a primeira mulher a encabeçar um partido de esquerda que possa ter a firmeza de dizer que, com este modelo econômico, com instituições apodrecidas pela corrupção, pelo jogo sujo da política tradicional, o Brasil jamais mudará e as mulheres jamais terão seu valor reconhecido.

A Senadora é uma mulher que simboliza e simbolizará cada vez mais essa luta de milhões que, no mundo inteiro, enfrentam os planos econômicos do FMI, enfrentam os governos, enfrentam as contra-reformas que tiram direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e que nas lutas sociais, nas lutas das camponesas, das metalúrgicas, das estudantes, das jovens, das pobres, das professoras, na luta social, na luta sindical, na luta popular do dia-a-dia, constroem as verdadeiras condições que nos poderão levar às mudanças que todas sonhamos para o Brasil e para o continente latino-americano, tão empobrecido pela transferência brutal de riquezas que anualmente fazemos às grandes potências internacionais.

Um grande abraço a todas as mulheres que têm estado na linha de frente dessas lutas e que, com muita garra e muita coragem, têm enfrentado não apenas o machismo e a discriminação, mas também as oligarquias e as elites que ainda dominam nosso País, não sem a resistência e a luta de homens e mulheres com garra e com coragem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Terezinha Fernandes) – Agradeço à Deputada Luciana Genro a participação.

A SRA. PRESIDENTA (Terezinha Fernandes) – Vou conceder a palavra ao Deputado Serafim Venzon, mas antes convido a Deputada Luciana Genro para assumir novamente a presidência dos trabalhos.

O SR. SERAFIM VENZON (PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Luciana Genro, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, minha homenagem especial às Senadoras e às Deputadas, que somam quase 10% desta Casa e hoje presidem e fazem acontecer este justo preito a

todas as mulheres, especialmente à mulher brasileira, à mulher mãe, à mulher companheira, à mulher trabalhadora, à mulher que, junto com o homem, faz o Brasil. Espero que todos juntos, homens e mulheres, empenhemos-nos para que ele fique ainda melhor para as futuras gerações.

Vejo que a mulher, dia a dia, está ganhando mais espaço, na escola, na igreja, no trabalho, na política. Ela sempre foi imprescindível na casa e na família, pois, segundo Freud, a personalidade da pessoa humana se faz na primeira infância, período em que seguramente a mulher tem a maior participação na formação das pessoas.

À medida que o Governo, como representante da sociedade, empenha-se em valorizar a mulher, não simplesmente para vencer o machismo, mas para estabelecer valores sociais, vamos percebendo que a mão governamental é imprescindível para essa luta. Quando foi instituído, há aproximadamente 150 anos, o Dia Internacional da Mulher, certamente a intenção dos governantes era que a mulher passasse a ter uma quantidade de luz do sol igual à do homem. Quando, em 1934, se permitiu à mulher no Brasil votar, é claro que se queria chegar aonde já chegamos e ultrapassar este ponto.

Em 1985, há quase 20 anos, foi instituída a primeira delegacia de atendimento à mulher, no Estado de São Paulo. Hoje já existem muitas. Isso significou um avanço, mas também que a mulher precisava de um local específico ou de alguém especial para ouvi-la e poder ser atendida em consequência das inúmeras agressões que sofria por parte do homem. Por isso o Congresso Nacional tem o compromisso de, junto com as mulheres que fazem esses movimentos, como o de hoje, valorizar a mulher para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Segundo dados do IBGE, 41% da População Economicamente Ativa no Brasil é composta de mulheres. E 38% do total de empresários no País são mulheres. Em cada 3 iniciativas, hoje, uma é das mulheres. Vejam a importante participação da mulher. Apesar de termos ouvido aqui que os governos nem sempre se têm empenhado para modificar a situação, quero dizer que têm, sim. Graças ao empenho de governos que já passaram é que chegamos até aqui. Mas ainda queremos ultrapassar esses limites.

A despeito de todas essas conquistas, concordo, 43% das mulheres no Brasil já foram vítimas de algum tipo de agressão. A maior parte dos agressores está dentro do ambiente familiar. Normalmente a violência é praticada pelo marido. É um número grande.

Mas o problema não ocorre só no Brasil. No Peru, as mães de 12 a 16 anos, infelizmente, são muitas também, e 95% ficaram grávidas em decorrência de estupro. Na França, 95% das agressões são contra a mulher, e 51% dessas agressões acontecem no ambiente familiar. Nos Estados Unidos, são 2 milhões e 400 mil ocorrências por ano. O número é grande lá fora também. Dessa forma, espero que essas conquistas mencionadas no Dia Internacional da Mulher alcancem os outros países igualmente.

Sras. e Srs. Parlamentares, a maior discriminação não é o machismo, mas a questão econômica. A família brasileira que tem condições financeiras tem acesso aos meios de anticoncepção existentes, compridos anticoncepcionais, tabelinhas, camisinha, vasectomia, laqueadura. Para a família pobre sobra um comentário: além de ser pobre, é numerosa, são muitos os filhos. Afirma-se que, além de pobres, são ignorantes.

Destaco que o Governo tem obrigação de combater essa discriminação, tem de permitir a essas famílias de maior carência o acesso às modernas técnicas de anticoncepção. E, para o Governo fazer isso, deve direcionar mais dinheiro para a área da saúde.

Encerro, Sra. Presidenta, com um pequeno poema, *O homem e a mulher*, do pensador francês Victor Hugo:

“O homem é a mais elevada das criaturas

A mulher, o mais sublime dos ideais.
Deus fez para o homem um trono
Para a mulher, um altar.
O trono exalta
O altar, santifica.
O homem é o cérebro,
A mulher, o coração.
O cérebro produz a luz,
O coração produz o amor.
A luz fecunda,
O amor ressuscita (...).”

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Serafim Venzon, a Sra. Terezinha Fernandes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Luciana Genro.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Luciana Genro,

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras homenageadas e todos os outros participantes desta sessão solene, meus cumprimentos.

É para nós grande honra usar a tribuna desta Casa para deixar registrada nossa mensagem de admiração e gratidão às mulheres de todo o mundo.

No dia de ontem, Deputado Serafim Venzon, no Balneário Camboriú, Maria Bernardete Pavan, titular da Secretaria da Mulher, e Rubens Spernau, Prefeito da cidade, promoveram brilhante e emocionante homenagem às mulheres – pessoas de todas as áreas sociais foram lembradas e tiveram oportunidade de prestar seu testemunho de vida.

Esta homenagem que prestamos à mulher pelo transcurso do seu dia, na verdade comemorado ontem, será inesquecível para este Congresso. Ao comemorar a data, sempre falamos das muitas mulheres que conseguiram destacar-se no esporte, na profissão ou na política.

Creio, porém, que, no dia 8 de março, o mais importante seria fazer uma reflexão sobre o que realmente o Governo está fazendo para garantir os direitos das mulheres, a exemplo do emprego.

É importante lembrarmos de todas as mulheres que não têm destaque nos jornais ou na televisão. Mesmo sem estarem iluminadas pelos holofotes, são as guerreiras, as mães e as esposas que lutam, diariamente, com sensibilidade, criatividade, amor e garra para conseguir uma vida melhor para si, para seus esposos, seus filhos e suas famílias.

São essas mulheres que nos fazem ter a esperança de que o mundo, amanhã, pode ser e será melhor. São essas mulheres que nos fazem lembrar que nós, brasileiras e brasileiros, somos capazes, somos fortes e somos batalhadores o suficiente para construir um país melhor, mais justo e mais igualitário.

Presto hoje uma homenagem a Alice Kuerten, Presidente do Instituto Guga Kuerten. Essa mulher, que tem condições econômicas para percorrer o mundo com o seu filho, nosso ídolo Guga, percorre Santa Catarina, preside e trabalha no Instituto Guga Kuerten, para atender a pessoas que precisam de carinho, as pessoas portadoras de deficiência física e mental. A mãe do Guga faz isso com muito carinho.

Quando fui Prefeito em Balneário Camboriú, promovemos com ela, naquela cidade, as férias das pessoas portadoras de deficiências física e mental, dando a elas a oportunidade também de lazer.

Aproveito esta oportunidade para homenagear essa guerreira, essa pessoa tão querida por todos os catarinenses. Assim, além dos parabéns que as mu-

lheres tanto merecem, gostaria de dizer a todas elas muito obrigado. Graças a vocês, que todos os dias agem com amor, coragem e disposição, podemos acreditar e confiar na construção de um Brasil melhor.

Esperamos que o Governo saia do discurso e passe a atuar na prática. Às vezes o Governo presta homenagens às mulheres que percorrem quilômetros e quilômetros, de carona, de ônibus, que dormem em lugares que sequer conhecemos, almoçando de marmita, jantando de marmita, quando jantam, para poder reivindicar ao Governo um lugar ao sol.

Espero que este Governo, que tem compromisso com toda a sociedade brasileira, como nós também temos, saia do discurso, passe para a prática e venha estender as mãos principalmente às mulheres.

Sentimos, vimos e presenciamos, quando foi aprovada a reforma tributária, o grito, a dor de tantas e tantas mulheres, funcionárias públicas, idosas, pensionistas que aqui estavam e diziam: *“Meu Deus, quando é que um Governo realmente vai olhar um pouco para as mulheres?”*

A homenagem serve também para uma reflexão, para que nós, brasileiros que temos função pública, passemos a olhar para essas mulheres todos os dias, não apenas no Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Valmir Amaral enviaram discursos à mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S.Exas. serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, a instituição de 2004 como o Ano da Mulher foi uma justa reivindicação do movimento feminino de nosso País, que avança, de maneira consistente, assegurando maior visibilidade e ressonância às graves questões que dizem respeito diretamente à condição da mulher brasileira na atualidade, que em termos proporcionais ainda fica em desvantagem em algumas posições da vida social.

Foi constituída a Comissão Temporária encarregada de organizar e realizar inúmeros eventos e atividades nos próximos dez meses, a qual vem sendo conduzida de forma dedicada e firme pela nossa eminente colega Senadora Serys Shessarenko. Dessa forma, já podemos vislumbrar um conjunto promissor de ações capazes de conscientizar homens e mulhe-

res e, dentre esses, os jovens acerca dos múltiplos papéis das mulheres na sociedade brasileira. E isso nos é dado antevert pela qualidade da programação prevista e por esta solenidade de outorga do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, criado por esta Casa em 2001. Estou certo, e aqui reproduzo palavras da Senadora Serys, de que este será “*um ano de avanços e emancipação*”.

Mas não quero, e não devo, estenderme nesta rápida fala, destinada a homenagear as agraciadas com o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, no último triênio. Aliás, uma premiação que, embora recente, vem conquistando o respeito coletivo, graças à seriedade e à austerdade com que é concedida.

Esse prêmio cumpre igualmente um importante papel de reconhecimento. Ele nos traz à lembrança, a cada ano, a figura singular de Bertha Lutz. Uma mulher que, no início da segunda década do século passado, com arrojo e pioneirismo, instalou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre tantas outras iniciativas que se seguiriam em sua longa, fértil e prolífica existência.

Sem mais delongas, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares aqui reunidos, dirigentes do Senado Federal, integrantes da Comissão Temporária do Ano da Mulher, senhoras e senhores, caríssimas agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz, quero dizer que, ao conhecer a biografia de cada uma das homenageadas nesta ocasião, me senti satisfeito. Satisfeito porque de todos os cantos deste País brotam iniciativas originais e efetivas em favor da plena afirmação da mulher. São compromissos de vida em abnegação. Todas vocês que hoje nos dão a honra de estar neste plenário conseguiram dar sentido pleno às suas existências, valendose de seus recursos de talento e competência e, especialmente, de vivências em desprendimento, dedicação e amor ao semelhante.

Senhoras agraciadas com o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, este, finalmente, é o reconhecimento formal do Senado Federal ao trabalho de vocês, por intermédio de 81 Parlamentares, Senadoras e Senadores, que aqui têm assento como representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal. Nós dizemos a todas e a cada uma: muito obrigados pelo caráter exemplar de suas vidas, que haverá de ser alento e inspiração para milhares de jovens do nosso País. Parabéns e continuem agregando suas contribuições para a causa feminista!

Saibam que, nesta causa, no Brasil contemporâneo, a mulher não está sozinha. Todos nós que tecemos, no diaadia, do gesto mais trivial às decisões

de Estado mais relevantes, nós que tecemos este formidável sentimento de nacionalidade, traduzido naquilo que nos faz um povo único – a brasiliade -, reconhecemos em vocês, mulheres, as parceiras e construtoras, em absoluta igualdade de condições, de uma realidade mais simétrica, justa e cooperativa.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, a cada ano, notase a avassaladora difusão do dia 8 de março como a data maior em homenagem à mulher, seja no Brasil, seja no resto do mundo. Na verdade, o Dia Internacional da Mulher deve ser celebrado com efusão, na medida em que se consolida a idéia de que o desequilíbrio entre os gêneros é universal e deve ser urgentemente revertido. Ao reconhecermos tal premissa, estamos prestando enorme favor às novas gerações que ingressam no mundo das relações sociais, na direção de uma consciência conectada com o problema da diversidade e da diferença.

Por conta disso, aproveito o ensejo para expor, em breves palavras, uma situação social de significativa gravidade, na qual a maciça presença feminina imprime contornos mais ainda intimidativos. Refiro-me, mais especificamente, à questão da crescente informalidade no mercado de trabalho, em cuja composição a mulher tem tido participação bastante acentuada. Segundo dados recentes, a trabalhadora brasileira é a mais atingida pela informalidade, cujos direitos mais elementares lhes são impunemente subtraídos, seja na forma de contratos temporários, seja na forma de contratos terceirizados.

Dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) para a Região Metropolitana de São Paulo indicam que, de 1989 a 1998, enquanto a participação masculina caía, a participação feminina na população economicamente ativa saltou de 46,1% para 50,9%. Por outro lado, segundo dados do IBGE, enquanto a média salarial dos homens tem variado pouco do setor formal para o setor informal – girando em torno de 5,3 salários mínimos -, a média salarial das mulheres cai abruptamente. Para as mulheres do setor formal, a média é de 3,2 salários mínimos; no setor informal, ela cai para 2,7 salários. Em outras palavras, a diferença do rendimento das mulheres na atividade informal da economia para o rendimento dos homens é nada menos que 50%.

Seguindo as pistas do IBGE, 80% das mulheres que exercem algum ofício no setor informal da economia fazemno dentro de casa, em atividades domiciliares. Em termos comparativos, apenas 30% dos homens brasileiros executam algum trabalho dentro de

casa. Vale a pena ponderarmos por que isso ocorre. Naturalmente, para as mulheres, ainda há uma cobrança mais incisiva de tempo disponível para os afazeres domésticos, para a reprodução da família, enfim, para a organização do lar. Isso implica pressão maior para que escolham atividades dentro de casa, o que, em regra, significa remunerações bem inferiores. Nesse contexto, a intervenção da mulher na atividade informal é rigorosamente acompanhada por um corte característico de um modelo de gênero inferiorizado, que é onerado pelos cuidados com a reprodução e com os afazeres domésticos.

Como desfecho de um sistema de divisão de trabalho tão violentamente desigual, as mulheres se inserem, também no setor informal, na condição de trabalhadoras dotadas de capacidade de mobilização e ascensão mais difusa e, portanto, de uma capacidade de pressão pela melhoria do trabalho menos estruturada do que poderíamos identificar entre os homens.

Contra tal situação, os especialistas advertem que a melhoria da condição da mulher no mercado de trabalho somente se concretizará quando políticas públicas forem arrojadamente adotadas, aliadas a ações diretas promovidas por grupos organizados de mulheres.

Desse modo, cumpre indagar: até que ponto, nas políticas que atualmente o Estado vem desenvolvendo na direção de converter o trabalho informal em algo menos precário, se levam em consideração as especificidades de gênero?

Do meu ponto de vista, isso me parece uma pergunta decididamente pertinente, não somente no sentido de imprimir maior força à presença das mulheres na economia, mas também no sentido de visibilizar aquilo que elas agregam de valor às atividades econômicas tradicionais, por meio da atividade não remunerada dentro de casa.

Dados mais recentes do IBGE comprovam que 25% de mulheres da População Economicamente Ativa ocupam a posição de chefes de família. Mas isso ainda, obviamente, contrasta com o menor grau de envolvimento das mesmas com as formas de luta sindicalmente organizadas, na direção e no controle das quais os homens ainda predominam de maneira bem acentuada. Mais grave, prevalece o entendimento dos empregadores de que a remuneração feminina deve ser mesmo inexoravelmente mais encolhida, em função de o salário da mulher ser socialmente percebido como parte “complementar” ao do homem.

Diante disso, não seria de somenos importância realçar que a inserção mais precarizada da mulher no

mercado de trabalho traz em seu bojo a perversa concepção machista de que a produção econômica feminina deve ser calculada considerando, no fundo, a gratuidade “natural e histórica” do trabalho doméstico. Não casualmente, os dados de IBGE, em 1994, já demonstravam que a presença de mulheres no trabalho doméstico profissional era de 92%, das quais quase 75% sem carteira assinada, apesar de a profissão já ter sido regulamentada havia algum tempo.

Sra. Presidenta, para concluir, faço questão de esclarecer que o percurso discursivo por mim escolhido, hoje, para homenagear as mulheres não guarda nada de gratuito, tampouco de oportunista. Pelo contrário, em vez do já desgastado galanteio enviesadamente machista, arrisquei tornar públicas as adversas e severas condições de trabalho a que as mulheres do Brasil têm sido submetidas para defendê-las, sim, condições iguais de oportunidade, de execução e de remuneração, em relação ao sexo oposto. De todo modo, congratulo-me com todas pela celebração do dia, na convicção de que a luta pela igualdade deve ser reforçada sem tréguas, tanto pelas mulheres, quanto por nós, homens.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 9 de março de 2004

Exmº Sr.

Senador José Sarney

DD. Presidente do Congresso Nacional

Brasília – DF

Senhor Senador,

Impossibilitada de estar presente à sessão especial do Congresso Nacional destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher, encareço a Vossa Excelência apresentar aos parlamentares e convidados presentes as minhas escusas pela ausência e os meus cumprimentos às mulheres merecidamente agraciadas com o “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, Sras Eva Sopher, Maria Aparecida Shumaker, Maria Gleyde M. Costa, Mônica Maria de P. Barroso e Zuleika Alambert.

Considero de suma importância esta homenagem prestada pelo Parlamento brasileiro à luta da mulher em defesa de seus direitos e espero que a homenagem sirva para inspirar senadores, deputados e demais autoridades públicas na formulação e adoção de políticas públicas que contribuam para o combate

à discriminação da mulher, que punam com rigor a violência que ainda hoje mata, mutila e humilha mulheres em seus lares, no trabalho e no convívio social e que façam deste ano escolhido como “Ano da Mulher no Brasil” um marco na luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homem e mulher em nosso País.

Certa da compreensão de Vossa Excelência, agradeço e despeço-me, fazendo uma saudação especial às mulheres presentes.

Atenciosamente, – Deputada **Alice Portugal**.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – O ofício lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta sessão solene destinada a comemorar o transcurso do Dia Internacional da Mulher, agradecendo a presença às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas e especialmente a todas as mulheres que nos honraram com a presença e atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Luciana Genro) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 14 horas e 12 minutos.)

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
EM 17 DE FEVEREIRO DE 2004**

RETIFICAÇÃO

1) Na capa do **Diário do Congresso Nacional**, Sessão Conjunta (solene),

Onde se lê:

“ANO LIX – Nº 001 – TERÇA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2004 – BRASÍLIA–DF”

Leia-se:

“ANO LIX – Nº 002 – TERÇA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2004 – BRASÍLIA–DF”

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 (Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
 (Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA Senadora Ideli Salvatti (PT/SC) ²
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 03.03.2004

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

² Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. (vago) ⁽⁵⁶⁾ (13) ⁽⁹³⁾
Delcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Duciomar Costa(73)
Magno Malta	5. Ideli Salvatti ⁽⁷²⁾ (56) ⁽²¹⁾
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas ⁽²⁾
Sibá Machado ⁽⁷³⁾	7. Fátima Cleide-RO(56) (29) ⁽²⁵⁾
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Paulo Elifas ⁽⁹⁴⁾ (48) (20)	3. Romero Jucá (48) ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4.Garibaldi Alves Filho ⁽²⁰⁾ (12)
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha ⁽⁵⁹⁾

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Heloísa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽⁹³⁾ O Sen. Eurípedes Camargo (S) foi desligado da Comissão em 3-2-2004 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL)-SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁷²⁾ Substituição do Sen. Flávio Arns pela Sen. Ideli Salvatti(S), em 4-12-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003- PT-SF.

⁽⁷³⁾ Substituição do Sen. Duciomar Costa pelo Sen. Sibá Machado para titular e do Sen. Sibá Machado pelo Sen. Duciomar Costa para suplente, em 9-12-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁹⁴⁾ Substituição do Sen. Amir Lando pelo Sen. Paulo Elifas (T), em 2-3-2004 – PMDB-SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sem. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Morais	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio
PSDB	
Leonel Pavan ^{(39) (14) (30)}	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. Arthur Virgílio ⁽⁸⁹⁾ (39)
Sérgio Guerra	3. João Tenório ^{(71) (15)}
PDT	
Augusto Botelho ⁽³²⁾⁽⁹⁵⁾	1. (vago) (95)
PPS (*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003 – PFL-SF.

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽⁸⁹⁾ Indicação do Sen. Arthur Virgílio(S), em 19-12-2003-PSDB-SF.

⁽⁷¹⁾ Substituição do Sen. Teotônio Vilela Filho pelo Sen. João Tenório(S), em 28-11-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

⁽⁹⁵⁾ Substituição do Senador Almeida Lima (T) pelo Senador Augusto Botelho (T), ficando a suplência vaga, em 3-3-2004, PDT – SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO ⁽⁹²⁾ ⁽⁷⁹⁾
Walter Pinheiro-BA(69)	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG ⁽⁷⁸⁾⁽⁸⁴⁾
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT(7)
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP ⁽⁶⁸⁾ ⁽⁷⁷⁾ ⁽⁷⁾
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Maurício Rands-PE ⁽⁶⁹⁾
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS (7)
PFL	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA ⁽⁶³⁾ ⁽⁵⁷⁾	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Rodrigo Maia-RJ ⁽⁷⁵⁾	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA ⁽⁶⁴⁾ ⁽⁵⁷⁾
Júlio César-PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão-SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA ⁽⁴⁶⁾
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP ⁽²⁷⁾

⁽⁹²⁾ Substituição do Dep. Paulo Pimenta pelo Dep. Eduardo Valverde (S), em 27-1-2004-PT-CD.

⁽⁷⁹⁾ Substituição do Dep. Eduardo Valverde pelo Dep. Paulo Pimenta(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁸⁾ Substituição do Dep. Leonardo Monteiro pela Dep. Maninha(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁸⁴⁾ Substituição da Dep. Maninha(S) pelo Dep. Leonardo Monteiro(S), em 16-12-2003-PT-CD.

⁽⁸⁸⁾ Substituição do Dep. Nilson Mourão pelo Dep. Devanir Ribeiro(S), em 19-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁷⁾ Substituição do Dep. Devanir Ribeiro pelo Dep. Nilson Mourão(S), em 12-12-2003-PT-CD.

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶⁹⁾ Substituições do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Maurício Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁷⁵⁾ Substituição do Dep. Gilberto Kassab (T) pelo Dep. Rodrigo Maia (T), em 11-12-2003 – PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO ⁽¹⁷⁾	2. Rose de Freitas ⁽⁶⁵⁾
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo-CE(60) (52)	7. Silas Brasileiro-MG ⁽¹¹⁾
Tadeu Filippelli-DF ^{(68) (33) (23) (1)}	8. Waldemir Moka-MS ⁽²⁴⁾
Marcelino Fraga-ES ^{(74) (70) (28)}	9. Wilson Santiago-PB ^{(60) (52) (37)}
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia-CE ⁽⁴³⁾	3. João Campos-GO (86)
Eduardo Gomes-TO ^{(49) (19)}	4. Affonso Camargo-PR ⁽⁸⁷⁾
Helenildo Ribeiro-AL	5. Serafim Venzon-SC ^{(86) (31)(45)}
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO ^{(8) (9)}
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE ⁽³⁴⁾ (19)

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

⁽⁶⁵⁾ Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

⁽¹⁾ Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

⁽¹¹⁾ Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

⁽⁶⁸⁾ Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

⁽³³⁾ Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

⁽²³⁾ Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

⁽²⁴⁾ Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

⁽⁷⁴⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Marcelino Fraga(T), em 10-12-2003-PMDB-CD.

⁽⁷⁰⁾ Substituição do Dep. Marcelino Fraga pela Dep. Rose de Freitas(T), em 26-11-2003-PMDB-CD.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 – PMDB-CD

⁽⁶⁰⁾ Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

⁽⁵⁰⁾ Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

⁽⁴⁹⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

⁽⁸⁷⁾ Substituição do Dep. João Castelo pelo Dep. Affonso Camargo(S), em 19-12-2003-PSDB-CD.

⁽⁸⁶⁾ Substituição dos Deputados João Almeida e Manoel Salviano pelos Deputados João Campos e Serafim Venzon(S), em 19-12-2003-PSDB-CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 – PSDB-CD.

⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 – PSDB-CD

⁽⁸⁾ Desligamento do Dep. Osmânia Pereira(S), feita em 7-5-2003 – PSDB-CD.

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 – PSDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 – PSDB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PPB	
Francisco Dornelles-RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti-MG ⁽⁵⁴⁾ (5)
Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros-PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ ⁽⁶¹⁾ (36) (5)
PTB	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE ⁽²²⁾ (3) ⁽⁴⁾	5. Pedro Fernandes-MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ ⁽⁸²⁾ (81)
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO ⁽⁸³⁾ (80)
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
PSB	
Dr. Evilásio-SP ⁽⁹⁰⁾ (76)	1. Gonzaga Patriota (16)
Alexandre Cardoso-RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande-ES	3. Hamilton Casara-RO ⁽⁹¹⁾
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Colbert Martins-BA ⁽⁶⁷⁾
PDT	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonâncio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁸²⁾ Substituição do Dep. Almir Sá (S) pelo Dep. Almir Moura(S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸¹⁾ Substituição do Dep. Almir Moura (S) pelo Dep. Almir Sá (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸³⁾ Substituição do Dep. Maurício Rabelo (S) pelo Dep. Sandro Mabel (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁸⁰⁾ Substituição do Dep. Sandro Mabel (S) pelo Dep. Maurício Rabelo (S), em 15-12-2003-PL-CD.

⁽⁹⁰⁾ Substituição do Dep. Givaldo Carimbão pelo Dep. Dr. Evilásio(T), em 22-12-2003-PSB-CD.

⁽⁷⁶⁾ Substituição do Dep. Dr. Evilásio (T) pelo Dep. Givaldo Carimbão (T), em 11-12-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽⁹¹⁾ Indicação do Dep. Hamilton Casara (S), em 23-12-2003 – PSB – CD.

⁽⁶⁷⁾ Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Arnon Bezerra-CE(PTB) ^{(85) (41)}
PRONA	
Amauri Robledo Gasques-SP ⁽²⁶⁾	1. Elimar Máximo Damasceno-SP ⁽⁶⁶⁾
PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
PMN (*)	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PedoB-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁸⁵⁾ Substituição da Dep. Vanessa Grazziotin pelo Dep. Arnon Bezerra(S), em 18-12-2003-PC do B-CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003-PRONA-CD

⁽⁶⁶⁾ Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

**Representação Brasileira
COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLCY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾

IDEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

PFL ⁽³⁾

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

PSDB ⁽⁴⁾

EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
---------------------------	---------------------------

PDT

JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
---	---------------------

PPS ⁽⁴⁾

MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾
-------------------------------	---

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
---------------------	--------------------------

PFL

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
-------------------------	-------------------------

PMDB

OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
---------------------------	-----------------------------

PSDB

EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
---------------------------------------	-----------------------------

PPB

LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
----------------------------	-----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
--	--

PSB

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
--------------------------	--

PPS ⁽⁴⁾

JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
-----------------------------	----------------------------

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT – SC) 2
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (Vago)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 03.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055

Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 62 PÁGINAS